



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

PAOLA TEOTÔNIO CAVALCANTI DE ARRUDA

**DAS RUAS AOS SALÕES DIPLOMÁTICOS: O IMPACTO DO MOVIMENTO DE
MULHERES NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A IV CONFERÊNCIA
MUNDIAL SOBRE A MULHER**

**JOÃO PESSOA
2024**

PAOLA TEOTÔNIO CAVALCANTI DE ARRUDA

DAS RUAS AOS SALÕES DIPLOMÁTICOS: O IMPACTO DO MOVIMENTO DE MULHERES NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira

JOÃO PESSOA
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A779r Arruda, Paola Teotonio Cavalcanti de.

Das ruas aos salões diplomáticos: o impacto do movimento de mulheres na política externa brasileira para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher / Paola Teotonio Cavalcanti de Arruda. - João Pessoa, 2024.
65 f.

Orientação: Túlio Sérgio Henriques Ferreira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Política externa. 2. Gênero. 3. Movimento feminista. 4. IV Conferência Mundial sobre a Mulher. 5. Brasil. I. Ferreira, Túlio Sérgio Henriques. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

PAOLA TEOTONIO CAVALCANTI DE ARRUDA

**DAS RUAS AOS SALÕES DIPLOMÁTICOS:
O IMPACTO DO MOVIMENTO DE MULHERES NA POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA PARA A IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **TULIO SERGIO HENRIQUES FERREIRA**
Data: 16/10/2024 11:28:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 **XAMAN KORAI PINHEIRO MINILLO**
Data: 16/10/2024 16:23:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Xaman Korai Pinheiro Minillo
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 **VIVANE RIOS BALBINO**
Data: 16/10/2024 17:17:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mestra Viviane Rios Balbino
Ministério das Relações Exteriores - MRE

AGRADECIMENTOS

Um dos maiores privilégios que tive na vida foi ter tido acesso a grandes professores. Quase sempre estive cercada de pessoas que tornavam meu mundo maior. Em decorrência disso, a sensação que me abraça, após a conclusão deste trabalho, é a de gratidão a todas as pessoas que, de alguma forma, tornaram a minha caminhada na estrada da vida mais fácil e bonita, ensinando-me a admirar o percurso, para ser feliz no resultado.

Por isso, agradeço, antes de tudo, à minha família. À minha mãe, maior professora da minha vida, agradeço por me ensinar a encarar as batalhas diárias com amor e resiliência. À minha avó, Daíse, sou grata por me mostrar a importância da força e da serenidade, para superar os desafios do caminho com sabedoria. Ao meu irmão, Ramon, eu agradeço por demonstrar, com gestos de afeto, que o amor transcende qualquer barreira, seja de distância ou circunstância. Hoje, compreendo melhor o quão desafiador foi para minha mãe nunca me desamparar, ainda que, por vezes, ela tenha sido desamparada. Imagino o quão árduo foi para minha avó conquistar a força que hoje irradia. E sei o quanto de tempo e cuidado meu irmão investiu para garantir que eu me sentisse amada e acolhida, como sua família.

Às minhas amigas(os), eu agradeço por me ensinarem sobre a morada do amor na amizade. Às mais antigas, Anninha e Yoh, meu muito obrigada por crescerem carinhosamente comigo, apesar e através do tempo. Às da adolescência, Bianca, Marce e Mari, obrigada por, até hoje, serem meu abrigo, para onde eu posso sempre retornar. A Vitória Régia, Jordana, Ana Clara, Clarice, Romberg e Lúcio, eu agradeço por estarem comigo nos momentos mais felizes e mais difíceis da graduação, ajudando-me a encontrar a luz nos lugares mais escuros. Por fim, agradeço a José Vítor Alécio, por me revelar a alegria que habita a simplicidade da vida e pela leveza de sua companhia, nas longas horas de escrita deste trabalho.

Por compartilhar comigo suas memórias, inspirando-me a lutar pelos meus sonhos, mesmo quando tentarem me impedir, eu agradeço à minha avó paterna, Jacy. À Nalva, minha gratidão por todo o carinho que me dedicou ao longo de mais da metade da minha vida e por me ensinar que nunca é tarde para recomeçar, desde que a oportunidade esteja ali. Ao meu primo, Kalil, agradeço por me ensinar que o amor se materializa de muitas formas e pela companhia fraterna nos momentos mais delicados da graduação, nos últimos 3 anos.

Por fim, agradeço aos meus professores da escola, que me abriram as portas da universidade; e aos da universidade, na figura do meu orientador, que me abriram as portas do mundo. O Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba mudou minha vida. A Educação, em todas as etapas, constituiu tudo o que sou e sei hoje.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a formulação da agenda de política externa do Brasil para a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, em 1995, e a contribuição do movimento feminista brasileiro nesse processo. Situado no contexto dos anos 1990, um período marcado pela transição de uma governança global centrada nos Estados para uma abordagem mais inclusiva, o estudo examina como atores não estatais, especialmente grupos feministas, influenciaram a diplomacia brasileira em questões de gênero. Utilizando o método de “process tracing”, o trabalho identifica os mecanismos causais que conectam a atuação dos movimentos de mulheres às mudanças na política externa do Brasil. A análise das posições do país em relação à igualdade de gênero não só permite a avaliação crítica de eventuais mudanças e continuidades históricas, mas também destaca as estratégias da sociedade civil, assegurando o reconhecimento e a preservação de seus esforços. Assim, este trabalho abre espaço para discussões sobre a importância da igualdade de gênero e da participação social nas ações estatais, contribuindo para uma política externa mais plural e uma potencial perspectiva original do Brasil no debate global sobre gênero.

Palavras-chave: política externa; gênero; movimento feminista; IV Conferência Mundial sobre as Mulheres; Brasil

ABSTRACT

This research analyzes the formulation of Brazil's foreign policy agenda for the 1995 Fourth World Conference on Women and the contribution of the Brazilian feminist movement to this process. Set in the context of the 1990s, a period marked by the transition from state-centered global governance to a more inclusive approach, the study examines how non-state actors, especially feminist groups, influenced Brazilian diplomacy on gender issues. Using the "process tracing" method, the research identifies the causal mechanisms that link the actions of women's movements to changes in Brazil's foreign policy. The analysis of the country's positions on gender equality not only enables a critical evaluation of historical changes and continuities but also highlights civil society's strategies in ensuring the recognition and preservation of their efforts. Thus, this work opens space for discussions on the importance of gender equality and social participation in state actions, contributing to a more plural foreign policy and a potentially original Brazilian perspective in the global gender debate.

Keywords: foreign policy; gender; feminist movement; Fourth World Conference on Women; Brazil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. METODOLOGIA E TEORIA.....	13
3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: VARIÁVEIS DOMÉSTICAS E INTERNACIONAIS NA AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA SOBRE GÊNERO.....	19
3.1 EVENTOS, TENDÊNCIAS E DESENVOLVIMENTOS QUE IMPACTARAM A AGENDA GLOBAL DE GÊNERO NA ÉPOCA DA IV CONFERÊNCIA.....	20
3.2 CONDIÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO E A SITUAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO.....	24
3.3 DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A TEMÁTICA DE GÊNERO.....	27
4. CONSTRUÇÃO DA AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS MULHERES EM 1995.....	31
4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ESTÁGIOS-CHAVE NO PROCESSO OFICIAL DE FORMULAÇÃO DA AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA.....	32
4.2 O BRASIL NA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER.....	36
5. PAPEL DO MOVIMENTO DE MULHERES BRASILEIRO: INTERFACE COM A POLÍTICA EXTERNA.....	42
5.1 ENVOLVIMENTO DO MOVIMENTO DE MULHERES PRÉ-CONFERÊNCIA....	42
5.2 TRANSNACIONALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE DEMANDAS DO MOVIMENTO DE MULHERES BRASILEIRO: MAR DEL PLATA E NOVA YORK.	46
5.3 AS MULHERES BRASILEIRAS NA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER.....	48
6. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS.....	52
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	60

1. INTRODUÇÃO

Na década de 1990, consolidou-se a percepção de que determinados assuntos, antes reputados como exclusivos às jurisdições nacionais, deveriam ser entendidos como globais e, por isso, exigiam tratamento coletivo e colaboração universal (Alves, 2001). O cenário internacional indicava para a superação da bipolaridade que caracterizou os anos de Guerra Fria, e refletia a democracia como um fenômeno mundial, fortalecendo a tradição liberal em todos os continentes, inclusive na América Latina (*Ibidem*). Assim, o processo de tomada de decisões e de implementação de políticas, antes predominantemente coordenado por Estados e por organizações intergovernamentais, passou a comportar atores não-estatais, como a sociedade civil (Weiss; Carayannis; Jolly, 2009).

Com isso, intensificou-se a ideia de que a mobilização de foros diplomáticos seria necessária, para discutir e amenizar problemas de longo prazo (Alves, 2001). Isso culminou na produção de uma série de conferências multilaterais de amplo escopo, as quais passaram a legitimar a inclusão de temas “globais” e de atores para-estatais na agenda internacional (*Ibidem*). Surge, como resposta a essa evolução, a “Terceira ONU”¹, com o reconhecimento da importância dos atores não-estatais e de sua contribuição para a formulação de políticas e a implementação de ações globais (Weiss; Carayannis; Jolly, 2009). Nesse contexto, as grandes conferências da década de 1990 procuraram abordar múltiplos temas, integrando questões locais ao cenário internacional e envolvendo não apenas governos, mas também diversos agentes sociais na formulação de propostas (Alves, 2001). Entre esses diversos agentes estavam os movimentos sociais em prol da igualdade de gênero, que adquiriam destaque nas arenas domésticas e emergiam como forças transnacionais, influenciando as relações e discussões globais, sem estarem institucionalmente ligados à estrutura de política externa dos Estados Nacionais (Marx; Scapini; Winckler, 2020).

No Brasil, a crescente democratização fazia tais segmentos políticos, antes asfixiados pelo regime militar, ganharem força. No caso da luta por igualdade de gênero, à medida que o movimento de mulheres² buscava ampliar experiências da democracia participativa na esfera

¹ A "Terceira" Nações Unidas surge como um conceito e uma abordagem na década de 2000. O termo e a ideia foram desenvolvidos por Thomas G. Weiss, Tatiana Carayannis e Richard Jolly em artigo publicado em 2009, na revista "Global Governance". Essa abordagem emergiu como uma resposta à crescente complexidade dos desafios globais e à necessidade de incluir uma variedade mais ampla de atores na governança global.

² Soares (1994) categoriza o movimento feminista como uma das faces de um movimento mais amplo de mulheres. Para a autora, cada vertente desse movimento possui dinâmicas e expressões próprias, que ora se entrelaçam, ora entram em contradição. Assim, a autora utiliza a expressão "movimento de mulheres" para

pública e inserir atores socialmente excluídos no debate político, surgia uma pressão cada vez maior pela criação de canais de diálogo entre governo e sociedade civil (Marx; Scapini; Winckler, 2020). O “lobby do batom”³, que reuniu, durante a Constituinte de 1987, grupos feministas institucionalizados, ONGs e militantes autônomas, é um exemplo de como a concentração de esforços por maior igualdade entre homens e mulheres no país foi eficaz em aumentar a permeabilidade institucional e dos processos políticos brasileiros (Silva, 2013).

É nessa conjuntura que ocorre a articulação feminina do Brasil, em torno da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. O Estado brasileiro denota uma mudança significativa em sua abordagem, visto que tanto a participação do país, quanto todo o processo preparatório para a conferência foram guiados pelo diálogo entre o governo, representado pelo Itamaraty, e a sociedade civil, no escopo do movimento feminista brasileiro (Alves, 2001). Esse processo marca um contraste com a lacuna de embasamento teórico e conceitual que caracterizou as primeiras intervenções brasileiras em conferências da ONU sobre questões femininas (Silva, 2013). Assim, o desenvolvimento desse cenário, a partir da conjuntura brasileira, até o alcance do que se entende pelo êxito de Pequim, bem como a contribuição do movimento social de mulheres do Brasil para esse processo, são aspectos que este trabalho busca compreender.

Pretende-se investigar, portanto, a partir do método de “process tracing”, os mecanismos causais que influenciaram a formulação da agenda de política externa brasileira para a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, em 1995. Convém ressaltar que, por mecanismo causal, entende-se um “sistema complexo que produz um resultado pela interação de várias partes” (Glennan, 1996, p. 52). Portanto, o método envolve a observação de um processo causal interveniente (George; Bennett, 2005) — a cadeia causal e o mecanismo causal — entre uma variável independente – nesse caso o movimento de mulheres – e o resultado da variável dependente, que seria a mudança da postura brasileira frente à questão de gênero na Organização das Nações Unidas.

abarcam a diversidade de processos e ações coletivas existentes à época da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Soares ainda afirma que os termos “movimento feminista” e “movimento de mulheres” podem ser usados como sinônimos em alguns contextos, dado que ambos compartilham o objetivo comum de lutar pela igualdade e pelos direitos das mulheres. Assim, o trabalho utilizará tanto o termo “movimento de mulheres”, quanto a expressão “movimento feminista” como sinônimos, mas também com a intenção de destacar a pluralidade de pensamento e de discussão que se observava à época da Conferência.

³ O “lobby do batom” foi o nome dado à aliança suprapartidária, entre deputadas e senadoras, que serviu de elo entre os constituintes e os movimentos de mulheres no Brasil. A articulação buscou garantir a igualdade de direitos civis para homens e mulheres e aprovou 80% das reivindicações voltadas aos direitos femininos. Na Constituinte de 1988, algumas conquistas do grupo foram a igualdade jurídica entre homens e mulheres, a ampliação dos direitos civis, sociais e econômicos das mulheres, a igualdade de direitos e responsabilidades na família, a proibição da discriminação da mulher no mercado de trabalho e o estabelecimento de direitos no campo da reprodução (Brasil, 2018).

A partir da identificação das variáveis, tenciona-se avaliar se a participação do movimento feminista brasileiro foi determinante para a mudança na abordagem do Brasil frente ao evento em Pequim. Para isso, serão explorados o percurso do movimento e sua interação com a Conferência, em conjunto com a análise de variáveis conjunturais domésticas e internacionais que possam ter influenciado a construção da agenda política do país para o encontro.

A escolha desse método se justifica por sua capacidade de investigar e compreender os processos causais que explicariam o porquê de o Brasil ter assumido uma nova postura frente à Conferência de Pequim, em 1995. Sem interesse em generalizações teóricas, seria possível entender e formular hipóteses sobre como o processo de preparação do Brasil para a IV Conferência sobre as Mulheres se desenrolou, desvendando sequências e conjunturas de eventos, suas partes constituintes – a exemplo do movimento feminista brasileiro – e a conexão entre eles, para explicar uma variação no processo de criação de agenda de política externa e a mudança na postura do país frente à discussão internacional sobre gênero.

Dada a complexidade e as múltiplas influências envolvidas na formulação da política externa, o process tracing se torna relevante na identificação dos fatores específicos que moldaram as decisões do Estado brasileiro, em relação à agenda de gênero no encontro. Além disso, esse método permite uma análise contextualizada e detalhada das interações entre os diferentes atores envolvidos, incluindo o movimento feminista brasileiro, o governo e outros atores internacionais. Esse mapeamento de processo é necessário para alcançar uma compreensão mais profunda e precisa do papel desempenhado pelos movimentos de mulheres brasileiros na formulação da agenda de política externa do Brasil para a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em 1995.

Diante disso, o trabalho será dividido em sete seções, a contar desta introdução. Na próxima seção, "Metodologia e Teoria," será apresentada uma visão geral do método escolhido e sua aplicação no objeto de pesquisa, além de uma discussão teórica sobre os processos causais e as variáveis relevantes para se pensar o tema. A seção 3, "Contextualização Histórica: Variáveis Domésticas e Internacionais na Agenda de Política Externa sobre Gênero," oferecerá uma análise do contexto internacional e doméstico da época, discutindo os principais eventos e tendências que impactaram não apenas a agenda global de gênero, mas também as condições políticas, econômicas e sociais no Brasil, incluindo a situação do movimento feminista no país. Já a seção 4, "Construção da Agenda de Política Externa Brasileira para a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em 1995," identificará os estágios-chave na formulação da agenda e rastreará os eventos, decisões e

interações que definiram as posições brasileiras na conferência. Na seção 5, "Papel do Movimento de Mulheres Brasileiro: Interface com a Política Externa," será realizada uma análise detalhada do envolvimento do movimento feminista na formulação da agenda, rastreando suas ações, pressões e influências ao longo do processo. A seção 6, "Análise e Avaliação dos Resultados," avaliará a plausibilidade das conexões causais identificadas e discutirá a contribuição específica do movimento feminista para os resultados alcançados. Finalmente, a seção 7, "Considerações Finais" recapitulará os principais achados, refletirá sobre as implicações dos resultados e sugerirá direções para futuras pesquisas.

2. METODOLOGIA E TEORIA

O "process tracing", ou rastreamento de processos, envolve o estudo qualitativo e detalhado de evidências sobre um determinado caso, para verificar se as etapas previstas por um processo causal realmente acontecem (Beach; Pedersen, 2012). Esse método segue uma lógica similar à lógica bayesiana, em que o nível de credibilidade de uma explicação específica é ajustado conforme são encontrados novos indícios a respeito dela (Bennett, 2009). Em termos gerais, o que ocorre é um processo de verificação, a fim de averiguar se os indícios se encaixam na explicação inicialmente pensada para determinadas questões, ou se a rejeitam, dando lugar a hipóteses alternativas. Assim, o "process tracing" considera sistematicamente indicadores, tanto a favor quanto contra uma explicação, abrindo espaço para explanações alternativas e reduzindo as possibilidades de enviesamento da pesquisa (Maitino, 2022).

Devido à sua capacidade de rastrear mecanismos causais (Bennett; George, 1997), o método de process tracing permite elaborar uma explicação que seja suficiente para a mudança de postura do Brasil na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em relação às outras conferências sobre o tema. O esforço do trabalho, portanto, dar-se-á sentido de elucidar o papel e a influência do movimento feminista brasileiro na formulação da agenda de política externa do país para a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em 1995.

A escolha da participação do movimento feminista como variável independente foi fundamentada pelo objetivo central da pesquisa. O trabalho buscou compreender se e como as atividades do movimento – tais como lobby, campanhas, reuniões com representantes governamentais e mobilização social – influenciaram a inclusão de temas de igualdade de gênero na agenda oficial do país. Diante disso, o process tracing foi empregado para rastrear os mecanismos causais que ligam a participação ativa do movimento feminista às mudanças observáveis na política externa brasileira, explorando como essa interação contribuiu para uma abordagem mais inclusiva e focada em questões de gênero na conferência.

Com foco analítico centrado no caso em si, o trabalho não objetivou fazer generalizações, tampouco orientar-se por uma teoria mais ampla. A escolha do rastreamento de processo centrado no caso se justificou por uma compreensão ontológica complexa do mundo. Nesse sentido, a pesquisa considerou que o mundo social é multifatorial e extremamente específico ao contexto, e essa complexidade torna difícil, senão impossível, a

ambição de produzir conhecimento que possa ser generalizado em muitos casos (Beach; Pedersen, 2012).

A fim de poder destrinchar o labirinto da realidade em que se consolidou o recorte da atuação brasileira em Pequim, o trabalho utilizou documentos oficiais, publicações em veículos de comunicação da época, outros registros históricos e uma revisão bibliográfica, que permitisse aprofundar ou refutar a relação de causalidade entre as variáveis, a partir do que já foi produzido sobre o tema. Como critérios de inclusão e exclusão das fontes científicas, foram usados os parâmetros estabelecidos por Collier (2011), para avaliação da força e da qualidade das evidências.

A literatura sobre process tracing geralmente categoriza os testes e as evidências em quatro tipos, a depender do seu poder de confirmar ou rejeitar hipóteses. Quando o indicador encontrado não é suficiente nem necessário para explicar uma relação de causalidade, diz-se que há uma “palha ao vento” (*straw in the wind*). Isso significa que passar no teste revela a importância da hipótese, mas não a confirma; por outro lado, não passar no teste enfraquece a hipótese, mas não a refuta totalmente. Caso a evidência não seja necessária para afirmar a relação de causalidade, mas seja suficiente para confirmá-la, diz-se que há o teste da “arma fumegante” (*smoking gun*). Ou seja, passar no teste confirma a relação causal, mas não passar não é suficiente para eliminá-la. O terceiro tipo ocorre quando a evidência é necessária para afirmar a relação, mas não é suficiente para confirmá-la. Nessa situação, passar no teste afirma a relevância da hipótese, mas não a confirma; e não passar no teste anula a hipótese. Por fim, o quarto tipo de teste de verificação é conhecido como “teste duplamente decisivo”, caso em que a evidência encontrada é suficiente e necessária para afirmar o vínculo de causalidade. Ou seja, passar no teste confirma a hipótese, e não passar no teste a elimina automaticamente.

Os conceitos de "suficiente" e "necessário" na categorização dos testes indicam que, quando um teste é muito eficaz em confirmar uma hipótese, ele é suficiente para afirmar a causalidade. Caso ele seja muito eficaz em rejeitá-la, ele é descrito como necessário. Há também a possibilidade de adoção de "critérios de certeza", para descartar hipóteses, e "critérios de singularidade", para confirmá-las, minimizando explicações alternativas e evitando noções determinísticas de causalidade (Beach; Pedersen, 2012). Assim, a pesquisa priorizou os testes “duplamente decisivos”. No entanto, nas situações em que esse tipo de teste não foi possível, foi realizada uma combinação de múltiplos testes, alguns visando a eliminar hipóteses e outros aumentando a certeza em relação à teoria.

Na prática, foram feitas suposições iniciais sobre quais evidências seriam fundamentais, para confirmar ou refutar a relação de causalidade entre as variáveis propostas. Esse exercício ajudou a direcionar a pesquisa e a identificar o que procurar. Por exemplo, declarações públicas de representantes do movimento feminista sobre a importância da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres enquadrar-se-iam no teste de "palha ao vento". Tais declarações teriam uma força probatória baixa, indicando que o movimento estava ciente e interessado na conferência, mas não confirmando sua influência direta sobre a política externa do Brasil. Esses achados seriam relevantes por fornecerem uma avaliação inicial da hipótese e ajudarem a guiar a pesquisa (Collier, 2011).

Do mesmo modo, testemunhos de funcionários do Itamaraty, confirmando que o movimento feminista foi consultado durante a formulação da agenda encaixar-se-iam no "hoop test". Com uma força probatória moderada (*Ibidem*), esses testemunhos seriam necessários para afirmar a relevância do movimento feminista na mudança brasileira, mas não suficientes para confirmar que sua influência foi determinante ou que ela se enquadraria como única explicação para o caso.

Em comparação com os testes de "palha ao vento", passar no "hoop test" tem implicações mais fortes para hipóteses rivais, porque enfraquece um pouco sua plausibilidade, sem excluir outras possibilidades. Nesse caso, se os documentos oficiais e declarações de diplomatas brasileiros indicassem consistentemente que pressões internacionais foram um fator significativo na alteração de postura do Brasil, a hipótese de que a mudança se deveu exclusivamente à influência do movimento feminista brasileiro seria enfraquecida. Contudo, isso não eliminaria completamente a possibilidade de que o movimento feminista também teria assumido um papel relevante. Este exemplo mostra como o "hoop test" pode ser usado para avaliar a plausibilidade de hipóteses rivais, fornecendo uma análise mais robusta das diferentes influências na mudança de postura do Brasil na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres.

Outro tipo de evidência relevante, agora para o teste da "smoking gun", seriam documentos oficiais, mostrando que propostas específicas do movimento feminista foram incorporadas na agenda de política externa brasileira. Nesse caso, a força probatória é alta, porque a incorporação explícita das propostas do movimento feminista nos documentos de política externa seria uma forte indicação de sua influência, embora isso não prove a ausência de outras influências. Ainda assim, se uma determinada evidência passar nesse teste, ela enfraquece substancialmente as hipóteses rivais.

Para os testes "duplamente decisivos", pode-se pensar em evidências como relatórios internos do governo brasileiro, destacando compromissos assumidos para incorporar as demandas do movimento na agenda da conferência. Esses relatórios seriam suficientes e necessários para confirmar a hipótese, demonstrando uma conexão direta e exclusiva entre a influência do movimento feminista e as mudanças na política externa. Outros exemplos incluem e-mails, cartas ou memorandos internos detalhando acordos específicos e decisões políticas influenciadas pelas propostas do movimento, ou estudos comparativos mostrando uma diferença significativa na abordagem do Brasil em conferências anteriores e posteriores à influência do movimento. Documentos de planejamento estratégico desse movimento detalhando suas estratégias para influenciar a política brasileira, acompanhados de evidências de implementação e aceitação pelo governo, também seriam relevantes.

Convém ressaltar a importância da quantidade e da qualidade das evidências encontradas, para avaliação de sua força probatória. Priorizar testes "duplamente decisivos" seria ideal, mas na ausência deles, a combinação de múltiplos testes pode proporcionar uma compreensão robusta da influência do movimento feminista brasileiro na política externa do Brasil para a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em 1995. Nesse sentido, esse primeiro exercício, de pensar quais evidências seriam mais fortes e adequadas para comprovar a relação causal e refutar hipóteses rivais, foi essencial para ajudar a orientar o processo de pesquisa e direcionar os esforços de forma coerente, evitando testes tendenciosos que favoreçam enviesamento da pesquisa, conforme descrito na literatura (Maitino, 2022; Collier, 2011; Beach; Pedersen, 2012).

As etapas metodológicas vindouras incorreram na identificação e coleta de evidências relevantes, utilizando registros históricos, declarações públicas, e outras fontes primárias e secundárias. Essas evidências foram submetidas aos testes empíricos para avaliar a validade da hipótese formulada. O processo foi interativo, com as hipóteses sendo continuamente revisadas e refinadas à medida que novas evidências foram analisadas. A meta final foi construir uma explicação minimamente suficiente, que explicasse, de forma abrangente e convincente, se e como ocorreu a relação entre o movimento feminista brasileiro e a mudança de postura do Brasil na conferência em estudo, garantindo que todos os aspectos importantes do resultado fossem abordados e que a explicação proposta fosse a melhor possível, diante das evidências disponíveis.

Este processo foi conduzido de maneira semelhante à metodologia histórica, trabalhando de trás para frente a partir do resultado. As evidências foram examinadas e expostas cuidadosamente, ao longo dos capítulos, para confirmar ou refutar a suficiência do

mecanismo causal em produzir o resultado. Após a identificação das implicações observáveis, foi teorizado o mecanismo causal, com base nos parâmetros de um tipo específico de process tracing, identificado como explicação dos resultados. No “explaining outcome”, a teorização visa a desenvolver uma explicação minuciosa e suficiente para o caso específico em estudo (Beach; Pedersen, 2012). Ela é uma ferramenta heurística que não só guia a análise dos dados, mas ajuda na identificação das causas relevantes e facilita a construção de uma explicação convincente para o resultado observado (*Ibidem*).

A possível relação causal foi, enfim, testada contra as evidências disponíveis, para que as hipóteses e a teoria do mecanismo causal pudessem ser ajustadas com base nos resultados dos testes, adequando a explicação para melhor encaixar nas evidências empíricas. Ao final do processo, foi avaliado se a explicação teórica foi capaz de integrar todas as evidências relevantes e ofereceu uma narrativa causal clara e coerente que explicasse por que o resultado ocorreu, considerando tanto os mecanismos sistemáticos quanto os específicos do caso. A forma de coleta e outros detalhes metodológicos pertinentes foram diluídos nos demais capítulos do trabalho.

O arcabouço teórico e conceitual que sustentou a análise de evidências e a argumentação do trabalho, combinado com o método de "process tracing", foi fundamentado na literatura sobre o papel dos grupos de interesse na política externa. Referências essenciais incluem os estudos de Hermann (2001), True e Mintrom (2001) e Beyers e Braun (2014). Ademais, a pesquisa entende como adequada a escolha do feminismo liberal como base teórica para o trabalho. Essa abordagem ajuda a entender como a presença feminina pode promover transformações sociais, corroborando a ideia de que a inclusão das mulheres em espaços de poder contribui para avanços em questões de igualdade de gênero (Tickner, 1997; Aggestam; True, 2020). Para oferecer uma fundamentação mais abrangente e enriquecer a análise da influência dos movimentos de mulheres na formulação da política externa, a pesquisa incorporou também trabalhos latino-americanos de cunho feminista interseccional. Exemplos incluem os estudos de Soares (1995), de Nijeholt, Vargas e Wieringa (1998) e de Sardenberg (2018), que exploram as tensões entre forças de regulação e emancipação, além de abordarem como as mulheres podem interagir com as estruturas de poder existentes enquanto as desafiam.

Por fim, a pesquisa levou em consideração aspectos éticos como a integridade na apresentação dos documentos coletados, a imparcialidade e a conformidade legal e institucional. As informações encontradas e fornecidas neste trabalho prezaram pela clareza e pela transparência, buscando ativamente evitar distorções ou omissões que pudessem levar a

interpretações errôneas. Ainda que não se pudesse garantir a ausência de limitações, a pesquisa se comprometeu em incluir, no capítulo de “Considerações Finais”, a declaração clara de quaisquer obstáculos na coleta ou na análise das fontes. Ademais, com o intuito de evitar enviesamento, foi feita uma análise crítica e equilibrada das evidências, considerando múltiplas perspectivas e explicações para superar a visão do pesquisador. O trabalho também considerou o impacto social e político das conclusões da pesquisa, especialmente se os resultados pudessem influenciar políticas públicas ou debates sociais importantes. Assim, comprometeu-se a realizar uma análise rigorosa e ética, consciente das possíveis implicações e limitações de suas conclusões.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: VARIÁVEIS DOMÉSTICAS E INTERNACIONAIS NA AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA SOBRE GÊNERO

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, cuja magnitude global permitiu que questões de gênero fossem amplamente reconhecidas e discutidas entre os mais variados atores internacionais, estabeleceu-se em um contexto mundial complexo (Pietilä, 2007). Conhecer a conjuntura histórica por trás do evento permite entender quais eram as principais tendências e debates sobre igualdade de gênero que permeavam o cenário da época, bem como de que forma os movimentos feministas e organizações não-governamentais internacionais mobilizaram recursos e moldaram a agenda da conferência, exercendo pressão sobre governos e instituições internacionais.

No que tange ao contexto doméstico, a compreensão da situação do país na década de 1990 auxilia a análise da formulação de políticas e da participação do Brasil na Conferência. Algumas variáveis domésticas, como sistema político, a figura do líder, a opinião pública e grupos de interesse, podem desempenhar um papel crucial na influência de mudanças na política externa de um Estado (Alden; Aran, 2016). Isso inclui analisar como a transição democrática, o cenário social e o arcabouço institucional brasileiros aumentaram a vocalização de interesses e afetaram a agenda de gênero do país. Além disso, documentar a evolução e as estratégias do movimento feminista no Brasil, sua capacidade de organização e mobilização e suas interações com o governo ajuda a entender a força e a influência do grupo na formulação de políticas públicas e na participação do Brasil em eventos internacionais.

Nesse sentido, o detalhamento histórico das variáveis domésticas e internacionais facilita a interpretação de documentos, discursos e declarações, contextualizando-os dentro das dinâmicas políticas e sociais da época. Ademais, esse exercício ajuda a estabelecer relações de causalidade entre eventos históricos e mudanças governamentais, permitindo a compreensão de como pressões internacionais e domésticas podem ter influenciado a postura do Brasil em relação às questões de gênero e, até mesmo, aberto espaço para que o movimento feminista brasileiro também o fizesse.

Em termos metodológicos, essa seção priorizou a utilização de fontes primárias, como registros históricos, e secundárias, como a literatura preexistente sobre a temática, para permitir o entendimento da conjuntura histórica tanto do país como do cenário internacional, à época da Conferência. Com o intuito de obter documentos relevantes, foram utilizados sites

oficiais e bibliotecas digitais da ONU e outras organizações não governamentais, bem como os acervos históricos do Itamaraty e de instituições de ensino internacionais. Com relação às fontes secundárias, foi feita uma análise da bibliografia sobre o assunto. Para a coleta bibliográfica, foram usadas as palavras-chave “relações internacionais”, “conferências”, “ONU” e “mulheres”, via software “Publish or Perish” e plataforma “Google Scholar”. Os mesmos critérios foram usados para busca em outras plataformas, como “Scopus” e “Web Of Science”. Ademais, os parâmetros utilizados para escolha das fontes foram o de maior número de citações e o ano de publicação mais atual.

3.1 EVENTOS, TENDÊNCIAS E DESENVOLVIMENTOS QUE IMPACTARAM A AGENDA GLOBAL DE GÊNERO NA ÉPOCA DA IV CONFERÊNCIA

A última década do século XX foi marcada por uma série de eventos internacionais significativos, que destacaram a crescente complexidade dos desafios globais e a maior interconexão entre atores estatais e não estatais na governança internacional (Weiss, Carayannis e Jolly, 2009). Os acontecimentos indicavam o fim da Guerra Fria e a prevalência de um mundo cada vez mais globalizado, que permitia uma evolução significativa na forma como a cooperação internacional era concebida e implementada (Alves, 2001).

Apesar da afirmação do capitalismo como sistema hegemônico, a democracia liberal *per se* não parecia se configurar como uma garantia natural de estabilidade, paz e igualdade nos países que a adotaram (*Ibidem*). A realidade revelou-se complexa, especialmente em relação às fórmulas que ignoravam a aceleração do desenvolvimento tecnológico, seus impactos positivos e negativos e a necessidade de respostas globais a problemas de caráter mundializado. Além disso, o aumento no número de Estados membros na ONU, especialmente de países emergentes, reforçou a necessidade de incluir questões de desenvolvimento e de desigualdade na agenda da organização, abordando temáticas antes pouco destacadas (Pietilä, 2007).

Esse período de transformação dos debates globais, iniciado ainda na década de 1970, trouxe à tona a percepção internacional do papel protagônico e crítico das mulheres, como sujeitos e atores, nas metas e aspirações de desenvolvimento (*Ibidem*). As discussões internacionais passaram a incluir os direitos das mulheres como direitos humanos e a responsabilizar por sua promoção não apenas os Estados, mas também todos os atores da sociedade internacional (Alves, 2001). Nesse sentido, para afirmar os direitos de, pelo menos,

metade da humanidade e chegar ao que se entende pelo êxito de Pequim (1995), a Organização das Nações Unidas baseou-se nas conquistas das décadas anteriores, que refletiram, sobretudo, os avanços extraordinários obtidos pelas mulheres nas demais conferências da organização (*Ibidem*).

Alguns marcos importantes para a construção da agenda global sobre gênero da ONU incluem a declaração do ano de 1975 como “Ano Internacional da Mulher” e a afirmação do período de 1976-1985 como “Década das Nações Unidas para as Mulheres”. Além disso, as três conferências mundiais sobre a mulheres — realizadas em 1975 (México), 1980 (Copenhague) e 1985 (Nairóbi) — e outros encontros fomentados pela agenda social da organização estabeleceram as bases para a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim.

Convém ressaltar que a expansão do escopo desses encontros foi impulsionada pelo próprio movimento de mulheres (Pietilä, 2007). Os movimentos sociais em prol da igualdade de gênero ganharam destaque nas arenas domésticas e emergiram como forças transnacionais, buscando influenciar as discussões globais, para internacionalizar suas agendas e impactar a formulação das políticas públicas dos Estados (Marx, Scapini, Winckler, 2020). Um exemplo claro disso foi a transformação de 1975 em “Ano Internacional da Mulher”, uma iniciativa do terceiro setor adotada pela ONU, que resultou em uma mobilização internacional maciça (Pietilä, 2007).

O objetivo do Ano era chamar a atenção do sistema ONU e do mundo para as necessidades e pontos de vista das mulheres (*Ibidem*). Embora possa ser questionado quais visões e necessidades estavam sendo representadas — já que os movimentos de mulheres não eram homogêneos em suas ideias e reivindicações —, tudo isso ocorreu em uma conjuntura de fatores convergentes. A presença e a contribuição de novos atores na "Terceira" Nações Unidas ajudou a promover mudanças em ideias, políticas, prioridades e práticas dentro do sistema internacional (Weiss, Carayannis e Jolly, 2009). Além disso, a institucionalização dos estudos sobre igualdade de gênero nas universidades impulsionou a expansão dos pensamentos feministas e contribuiu para a pluralização do feminismo no mundo (Sardenberg, 2015). Diante desse contexto, os problemas enfrentados pelas mulheres tinham de ser levados em consideração, e seus papéis no desenvolvimento dos países não podiam mais ser ignorados.

Assim, as três primeiras conferências mundiais da ONU para o avanço das mulheres são exemplos de marcos fundamentais na relação entre o movimento feminista transnacionalizado e a agenda de gênero da ONU. Apesar do caráter único e das

especificidades de cada uma, elas estabeleceram uma sequência coerente e sistemática de avanços no debate global sobre o empoderamento feminino, dando oportunidade participativa a grandes parcelas da sociedade civil organizada (Farenthold, 1988).

O primeiro encontro, realizado em 1975, na Cidade do México, foi pioneiro ao voltar-se especificamente para o tratamento de questões de gênero e problemas mundiais, sob uma perspectiva das mulheres (Gimenes, 2024). A proporção da representação feminina no evento também foi inédita, com 73% dos 1.200 delegados sendo mulheres e 113 das 133 delegações sendo chefiadas por elas (Pietilä, 2007). Apesar das divergências de pautas e do maior destaque para as demandas do Norte global, a I Conferência Mundial sobre a Mulher foi uma oportunidade para que as participantes discutissem assuntos que até então só os homens debatiam nas esferas internacionais (Farenthold, 1988).

Entre a primeira e a III Conferência Mundial sobre a Mulher, a participação da sociedade civil cresceu significativamente. Cerca de 15 mil mulheres compareceram a Nairóbi, com uma quantidade significativa advinda do Sul Global (Pietilä, 2007). Esse terceiro encontro encerrou a “Década da Mulher”, destacando a interseccionalidade das opressões de gênero, raça e classe e propondo estratégias para inclusão das mulheres na política (Gimenes, 2024). Um marco significativo desse evento foi a "Tenda da Paz", um fórum paralelo criado pelo movimento feminista transnacionalizado, para dar voz às mulheres presentes na conferência, sem a intermediação da burocracia ou dos Estados nacionais (Farenthold; Vaughan, 1985). Essa iniciativa possibilitou o diálogo e a cooperação entre as participantes, promovendo a ampliação de perspectivas e o reconhecimento de que as diferenças e discordâncias não deveriam ser eliminadas, mas compreendidas e respeitadas, para que suas pautas fossem fortalecidas (Farenthold, 1988).

Ademais, os fóruns paralelos de ONGs, realizados em conexão com as conferências da ONU, tornaram-se verdadeiros "conclaves globais" entre as participantes, destacando a força do movimento feminista transnacionalizado (Pietilä, 2007). Desde a primeira conferência, em 1975, esses eventos cresceram em tamanho e impacto, reforçando a capacidade do movimento de influenciar a agenda global de gênero. A Tribuna do Ano Internacional da Mulher, na Cidade do México, foi um dos primeiros encontros paralelos e reuniu cerca de 4.000 participantes, superando os 1.200 delegados da conferência oficial (*Ibidem*). Em 1980, o Fórum de ONGs em Copenhague atraiu entre 6.000 a 7.000 participantes, enquanto o Fórum de 1985 bateu recordes, com 16.000 participantes (*Ibidem*).

Em Nairóbi, ficou evidente que as experiências adquiridas nas conferências anteriores ensinaram às mulheres a importância de influenciar decisões intergovernamentais

de forma prévia aos eventos mundiais (Pietilä, 2007). Embora a presença nos encontros fosse importante para monitorar os procedimentos oficiais, influenciar a agenda política dos governos para as conferências aumentava as chances de obtenção de resultados concretos nas arenas domésticas. Uma vez formuladas as posturas internacionais, os movimentos podiam monitorá-las e, após a ratificação dos acordos e das convenções internacionais, garantir que as demandas fossem cumpridas e institucionalizadas nos respectivos países. Assim, os movimentos de mulheres preparavam suas iniciativas nacionalmente e colaboravam internacionalmente, aumentando o alcance de suas propostas (*Ibidem*).

Os efeitos dessa articulação estratégica puderam ser observados na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, uma das maiores já realizadas pela ONU. Com aproximadamente 50.000 participantes – incluindo delegados de 189 países, ONGs, funcionários públicos internacionais e representantes da mídia (Alves, 2001) –, ela trouxe grandes novidades, como o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o foco na transversalidade (Viotti, 2006). A declaração dela resultante foi elaborada por vários grupos de trabalho e negociação, com participação do Brasil (Alves, 2001). Seus documentos, especialmente a Plataforma de Ação (ONU, 1995), são marcos fundamentais da luta pelos direitos das mulheres e discutem o empoderamento feminino, a remoção de obstáculos à participação das mulheres na vida pública e privada, áreas críticas de preocupação e ações concretas para mitigar as desigualdades de gênero.

No contexto brasileiro, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher e seus documentos tiveram um impacto significativo. O país adotou sem ressalvas a Declaração de Pequim e, durante o encontro, comprometeu-se a implementar a Plataforma de Ação, que delineava áreas-chave para promover a igualdade de gênero e os direitos das mulheres (Alvarez, 2018). Ao ratificar e institucionalizar tais documentos, o Brasil permitiu que essas diretrizes servissem como referência contínua para a formulação de políticas públicas e ações governamentais (Prá; Epping, 2012). A conferência também fortaleceu os movimentos feministas no país, ao incentivar a atuação das ativistas dentro e fora do âmbito do encontro (*Ibidem*). Além disso, o encontro destacou a importância da inclusão de perspectivas interseccionais como raça, etnia e classe nas discussões de gênero, ampliando internamente as discussões sobre as questões de mulheres afro-brasileiras e outros grupos minorizados socialmente no país (Alvarez, 2018).

3.2 CONDIÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO E A SITUAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO

No contexto econômico e social brasileiro, a presença de instituições democráticas que garantem as liberdades civis é relevante para compreender os limites e as possibilidades na promoção dos direitos das mulheres (Haddad, 2007). Nesse sentido, uma vez que as conquistas históricas são passíveis de retrocessos, visto que o progresso social não segue uma trajetória necessariamente linear, dois momentos se destacam na análise da luta pela igualdade de gênero no país: a ditadura militar e o período democrático (Pitanguy, 2019).

Durante as duas décadas de regime militar (1964-1985), os movimentos sociais brasileiros se organizaram como meios alternativos de representação, demandando soluções para problemas e questões locais e agindo a serviço de setores populares (Haddad, 2007). Junto a outras estruturas comunitárias, como o movimento eclesial da Teologia da Libertação, a sociedade civil começou a operar coordenadamente, criando uma cultura de ação não-governamental, como produto da inacessibilidade do Estado (Haddad, 2007). Nesse contexto, a atuação das mulheres na política se deu principalmente através da articulação com a oposição ao regime, a partir da adoção de uma postura anti-estatal e da construção de grandes frentes de resistência (Pitanguy, 2019).

Nos anos 1970, o Brasil viveu um período de intensas mudanças, associadas ao processo de abertura política, que se iniciou com a chegada do General Ernesto Geisel ao poder (Silva, 2013). A partir desse momento, o questionamento da ordem vigente se intensificou, e o feminismo brasileiro encontrou espaço para se fortalecer e adquirir visibilidade (Pitanguy, 2019). Além disso, com a anistia, em 1979, muitas mulheres exiladas retornaram ao país, munidas de novas ideias sobre os conceitos de feminismo e democracia, o que contribuiu para a ampliação das perspectivas e dos debates sobre temas afetos ao exercício da cidadania (Silva, 2013).

No contexto da luta contra o autoritarismo, todavia, agendas específicas – como a de gênero – nem sempre eram bem recepcionadas por setores da oposição, sob a justificativa de que poderiam minar a unidade do movimento (Pitanguy, 2019). Assim, frente à ditadura e suas limitações, os movimentos feministas priorizavam temas como saúde e violência contra a mulher, devido à sua premência, mas também por encontrarem menos resistência entre os partidos e políticos (Biroli, 2019). Essa estratégia não apenas facilitou alianças, mas também

levou os movimentos feministas a promoverem uma concepção social de democracia, não limitada à promoção de direitos específicos (Pitanguy, 2019).

Iniciou-se, assim, um longo período de “advocacy” do movimento feminista no país, por meio da definição de objetivos e estratégias para garantir leis e políticas capazes de reduzir a desigualdade de gênero e de assegurar cidadania efetiva às brasileiras (*Ibidem*). O movimento assumia, nesse cenário, um forte compromisso com a autonomia da sociedade e resistia a uma transição que mantivesse as elites civis do regime em posições centrais (Biroli, 2019). Mesmo sub-representadas, as mulheres emergiram como fortes atores políticos no contexto da redemocratização, articulando demandas, com base em experiências de organização política (*Ibidem*).

Um marco significativo desse período foi a criação, em 1985, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)⁴, órgão híbrido, que desempenhou um papel importante na luta pelos direitos das mulheres na nova Constituição (Haddad, 2007). A fim de construir uma agenda política significativa para a época, o CNDM consultou diversas organizações feministas e mobilizou brasileiras em todo o país, ouvindo suas demandas (Pitanguy, 2019). Esse esforço resultou na elaboração da “Carta das Mulheres aos Constituintes”, que teve cerca de 80% de suas reivindicações incorporadas ao documento final da Constituição de 1988 (Haddad, 2007).

Outras conquistas do movimento feminista brasileiro à época envolveram a flexibilização legislativa do matrimônio, com a Lei do Divórcio, de 1977, e a manutenção do direito ao aborto nos casos de estupro ou risco de vida materno, com foco na saúde sexual e reprodutiva da mulher (Pitanguy, 2019). O movimento também multiplicou seus níveis de atuação, assumindo um caráter mais técnico e profissional nas suas relações, especialmente com o Estado. Além do CNDM, que representava a institucionalização de um canal de diálogo direto com o governo federal, foram criados órgãos estaduais – como os Conselhos da Condição e dos Direitos da Mulher, de São Paulo e Minas Gerais – e delegacias voltadas especificamente para a defesa e a segurança das mulheres brasileiras (Haddad, 2007).

Assim, o feminismo de segunda onda no Brasil estava bem vinculado ao campo ético-político das décadas de 1970 e 1980 e às oportunidades contextuais de participar da construção do novo regime democrático (Biroli, 2019). Questionando o Estado e valorizando

⁴ O CNDM teve sua autonomia financeira e administrativa revogada pela Lei nº 8.028, durante o governo Collor. Depois de um longo período de perda de legitimidade junto ao movimento de mulheres, o órgão foi reativado em 1995, no processo de preparação para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, ainda que sem estrutura administrativa e orçamentária próprias. Fonte: CFEMEA. Criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher. **In: Plataforma 25 anos do CFEMEA**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1985.php?iframe=criacao_cndm> Acesso em 11/07/2024

a autonomia do movimento, muitas mulheres enxergavam o processo de transição como uma oportunidade de atuar na definição do próprio sistema político. Com o estabelecimento da democracia, no entanto, as feministas brasileiras precisaram reaprender a dialogar com as instituições, reorganizando suas relações com o Estado, para fazer valer suas demandas, diante de novas e desafiadoras possibilidades de atuação (Silva, 2013).

A virada da década, além de trazer consigo novas formas de pensar e fazer o feminismo, apresentou novos obstáculos ao movimento. A agenda de gênero agora encontrava meios de ser levada ao debate democrático e à arena estatal. Entretanto, foi nesse mesmo período que o Estado neoliberal começou a se consolidar política e economicamente no país, resultando na abdicação de algumas de suas responsabilidades históricas, relacionadas, principalmente, à garantia do bem-estar social (*Ibidem*). A partir de então, as ações sistemáticas em direção ao Estado passaram a exigir novos padrões de participação, com o fortalecimento do terceiro setor para substituir, em grande medida, os antigos compromissos assumidos pelo Estado com seus cidadãos (Haddad, 2007).

É desse lugar que o movimento feminista enfrenta a política adotada pelo Brasil na década de 1990 e bem como um ambiente internacional neoliberal e seletivamente aberto à agenda do empoderamento feminino (Biroli, 2019). Esse cenário é particularmente relevante, porque representa um paradoxo para a defesa da igualdade de gênero no país. Embora a aproximação do movimento ao aparato estatal e às instituições globais tendesse a reduzir sua radicalidade, o crescente enfoque nas questões de gênero no cenário internacional ampliava suas possibilidades de atuação na esfera doméstica. Isso permitia às mulheres legitimar demandas por igualdade, mesmo diante de organismos com orçamento reduzido e das obrigações sociais limitadas do Estado (Pitanguy, 2019).

O ponto de inflexão vai consistir, todavia, na coexistência entre leis progressistas de gênero e a falta de implementação efetiva, resultante das políticas neoliberais que restringiam o financiamento e o apoio necessários para avançar na agenda de igualdade (Alvarez, 2018). Paralelamente, o movimento se complexificou, ampliando suas instâncias de atuação e diversificando os grupos de mulheres que atingia, o que suscitou uma maior diversidade de visões acerca do modo como as pautas deveriam ser empregadas no cenário político. Isso resultou na formação de um conjunto heterogêneo de feminismos, por meio da incorporação e da adaptação individual do ideário feminista (Haddad, 2007).

Nessa heterogeneidade, parte significativa do movimento entendia que, se as “forças de mercado” organizassem a vida das mulheres em todos os níveis, incluindo o subjetivo, a promoção da participação das mulheres e a incorporação do discurso de gênero pelo Estado

seriam limitadas (Biroli, 2019). Numa abordagem mais crítica ao neoliberalismo e às suas implicações para a agenda de gênero, surgiram iniciativas como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM)⁵, cujas ideias encontraram suporte em setores do movimento que defendiam a necessidade de questionar e transformar as estruturas de poder.

Via de regra, no decorrer dos anos 1990, o Brasil se apresentava de uma forma diferente ao debate de gênero. Os movimentos feministas vivenciavam um arranjo policlassista que impulsionava mudanças sociais e contribuía para a redução da desigualdade, mas não implicava um real distanciamento do governo neoliberal. Embora muitas feministas mantivessem um posicionamento crítico em relação a aspectos do discurso neoliberal, grande parte do movimento deixou de lado seu caráter antiestatal, para promover uma participação mais diversificada de mulheres no evento e garantir uma representação oficial mais alinhada ao debate público brasileiro, conforme será discutido no capítulo 5. Esse contexto materializou a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, reforçando a interface dos movimentos sociais de mulheres com a política internacional e doméstica do Brasil.

3.3 DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A TEMÁTICA DE GÊNERO

Na década de 1990, o Brasil passou por uma mudança na base de sua política externa, rompendo com o padrão de continuidade que remontava à década de 1970 (Da Silva, 2012). A matriz emergente de inserção internacional do Brasil adotou o processo de globalização e políticas neoliberais como paradigma de desenvolvimento, visando à superação da crise econômica e da estagnação dos anos 1980 (Lopes, 2011). Esse paradigma neoliberal de inserção internacional permeou os governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, cada qual ajustando e modificando seus postulados de acordo com seus projetos de desenvolvimento e política externa. Assim, a gestão de Cardoso buscou uma síntese entre o neoliberalismo agressivo de Collor e a postura neodesenvolvimentista de

⁵ A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista internacional fundado em 2000. Sua missão é lutar contra a pobreza, a violência de gênero e a desigualdade, promovendo direitos iguais para todas as mulheres. O movimento organiza ações coordenadas em diversos países, destacando temas como direitos reprodutivos, trabalho digno e justiça social. Além disso, a Marcha é conhecida por sua postura crítica ao establishment, desafiando estruturas de poder que perpetuam a opressão e buscando mudanças sociais e políticas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Fonte: MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Quem Somos? In: **Página Oficial da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil**, 2015. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/quem-somos/>> Acesso em: 30/07/2024

Itamar (Da Silva, 2012), resultando em uma política externa que abraçou a globalização, a abertura econômica e a atração de novos investimentos (Sato, 1998).

Embora conturbada para o Brasil, a nova década inaugurou um processo de abertura democrática à participação popular na política (Silva, 2013). Do ponto de vista da política externa brasileira (PEB), o impeachment de Collor reforçou o compromisso do Brasil com a democracia e a robustez de suas instituições (Lopes, 2011). Nessa ocasião, a adesão ao regime democrático era um diferencial, pois implicava certo grau de pertencimento à rede de países integrados às relações internacionais, mitigando uma possível imagem periférica do país, diante da comunidade global (*Ibidem*). Além disso, ao projetar-se globalmente como uma democracia forte, o Brasil buscava assegurar credibilidade e prioridade participativa dentro do próprio sistema internacional (Lampreia, 1998).

Havia também, no âmbito doméstico, esforços para tornar a política externa brasileira mais transparente e sujeita à avaliação contínua da sociedade. Esse empenho do Ministério de Relações Exteriores pode ser entendido como uma tentativa de se adequar à Constituição Federal de 1988, que abriu espaço para a atuação da sociedade civil na formulação de políticas públicas (Haddad, 2007). Embora o Itamaraty continuasse a tutelar a seleção de agendas, já não era possível ignorar completamente a influência da opinião pública. Assim, como um marco no processo de democratização do acesso à produção de política externa no país, foi publicada, em 1992, uma portaria que regulamentava o acesso público ao arquivo histórico do Ministério (Brasil, 1992). Tratou-se de uma ação de significativa importância para facilitar a pesquisa científica na área, já que, a partir desse momento, pesquisadores de fora do órgão passaram a ter acesso a parte considerável de seus registros.

Nesse sentido, na década de 1990, o Itamaraty passou por uma série de transformações significativas em seu arcabouço institucional. Esse período marcou um avanço no processo de formulação da PEB, aproximando-o de um modelo de poliarquia, que abria o debate político a diferentes níveis e atores relevantes (Lopes, 2011). As discussões sobre relações exteriores envolveram intensamente associações empresariais, sindicatos, ONGs, o Congresso Nacional e a imprensa, ganhando uma dimensão social inédita no Brasil (Da Silva, 2012). Foi uma fase de intensificação do debate democrático, que resultou na criação de importantes iniciativas, como o Comitê Empresarial Permanente do MRE, o Fórum Consultivo Social e Econômico do Mercosul, a Seção Nacional de Consulta sobre a União Europeia e o Grupo Interministerial de Trabalho sobre Comércio Internacional de Mercadorias e Serviços entre 1992 e 1999 (Lopes, 2011).

A temática de gênero se inseriu nesse processo, por meio da aproximação do Governo Cardoso com as pautas relativas aos direitos humanos. No âmbito de uma ótica liberalizante, a agenda de direitos humanos legitimava o Brasil dentro do sistema internacional (Braga, 2020). Fatores relevantes nesse processo foram a assinatura do Tratado de Não Proliferação e a aceitação da competência jurisdicional da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Ao ratificar o tratado, o Brasil abandonava uma resistência histórica iniciada na década de 1960, demonstrando seu compromisso com os princípios da paz, dos direitos humanos e da justiça social. (Lampreia, 1998). Enquanto isso, a aceitação da competência de uma corte internacional em matérias de violação dos direitos humanos marcou a transição de uma postura negacionista para um maior comprometimento com os regimes de proteção aos direitos fundamentais no país (Braga, 2020).

Assim, alinhado com a agenda de direitos humanos, o Brasil ratificou e retirou ressalvas de várias convenções importantes sobre igualdade de gênero, demonstrando um comprometimento crescente também com os direitos das mulheres. Em 1994, o Brasil retirou suas ressalvas à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), afirmando seu compromisso pleno com a eliminação da discriminação de gênero. Entre as convenções ratificadas, destacam-se a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), de 1995, que reforçou a luta contra a violência de gênero no país. Além disso, a participação do Brasil na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, em 1995, culminou na adesão à Declaração e à Plataforma de Ação de Pequim, que delinearam um conjunto abrangente de compromissos para promover os direitos das mulheres e alcançar a igualdade de gênero. Estes atos refletiram a determinação do país em alinhar suas políticas com os padrões internacionais e promover um ambiente de maior equidade para as mulheres brasileiras.

Há, no entanto, um certo questionamento à ideia de que, nesse período, o Brasil realmente abria o debate sobre política externa à sociedade, com a intenção de pluralizar seu processo decisório. Argumenta-se que, apesar das inovações institucionais, as mudanças na PEB não resultaram em um verdadeiro compartilhamento social do poder (Faria, 2008). Segundo essa visão, a agenda social do órgão e o diálogo com a sociedade eram empregados para fins de legitimação política. Nesse sentido, a PEB continuaria sendo entendida como uma política de Estado, em vez de fruto de uma agregação das forças sociais (Lopes, 2011).

Esse argumento, no entanto, reduz os movimentos sociais à mera passividade no processo de formulação de políticas, retirando todo seu potencial de ação e sua capacidade de influência. A conjuntura doméstico-internacional do período pressionava por uma maior a

democratização da formulação da PEB (Lopes, D. 2017), permitindo que diversos grupos de interesse, incluindo o movimento feminista brasileiro, encontrassem meios de fazer valer suas demandas, como será discutido no capítulo 5. Além disso, em resposta à presença significativa de organizações da sociedade civil em eventos como a Rio-92 e a Conferência dos Direitos Humanos de Viena em 1993, o Itamaraty chegou a instruir suas missões a cooperar mais estreitamente com ONGs, destacando o papel crescente dos atores não estatais na política externa brasileira (Braga, 2020).

Assim, a Política Externa de Direitos Humanos (PEDH) no governo FHC desempenhou um papel estratégico ao legitimar o processo de democratização interna e aumentar o poder de negociação do Brasil nas arenas internacionais (*Ibidem*). Essa abordagem não apenas consolidou as credenciais diplomáticas brasileiras, superando desconfianças sobre a estabilidade política e econômica, mas também reforçou sua posição como um ator global que visava à democratização da própria esfera internacional (Lopes, D. 2017). Nesse contexto, também ganhou destaque a agenda de gênero, com o Brasil comprometendo-se com a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim em 1995, e ratificando convenções internacionais sobre igualdade de gênero, como a Convenção de Belém do Pará e a CEDAW. A PEDH, portanto, revelou-se essencial para a consolidação dessa nova imagem do Brasil nos níveis sistêmico, regional e doméstico, marcando um período de significativa transformação e engajamento internacional.

4. CONSTRUÇÃO DA AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS MULHERES EM 1995

Entender a construção da Agenda de Política Externa Brasileira para a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em 1995 é de extrema importância para os objetivos do presente trabalho por várias razões. A análise do processo de formulação da posição oficial do país revela os interesses, as prioridades e as estratégias do Brasil no cenário doméstico, mas também no internacional. Além disso, a partir dela é possível identificar os temas prioritários para o país no quesito gênero e o modo como os direitos das mulheres e a igualdade de gênero foram incorporados, tratados e defendidos pelo governo brasileiro nesse processo de formulação.

O capítulo também é crucial para entender como as decisões foram tomadas, quem foram os principais atores envolvidos e quais foram os mecanismos e instrumentos utilizados para definir as posições brasileiras. Esse mapeamento ajuda a evidenciar a complexidade do processo decisório em política externa e a interação entre diferentes níveis de governo e a sociedade civil. Ademais, a construção da agenda de política externa reflete mudanças na retórica e nas prioridades do governo brasileiro em relação às questões de gênero. Portanto, ao examinar esse processo, objetiva-se identificar como e por que essas mudanças ocorreram e se o movimento feminista brasileiro teve papel relevante nesse contexto.

No que tange aos recursos metodológicos empregados para a execução do capítulo, foram utilizadas, predominantemente, fontes primárias. Assim, a pesquisa girou em torno de registros feitos e veiculados por entidades do movimento de mulheres e acadêmicas feministas, sobre a Conferência de Pequim. Foram encontrados boletins, dossiês e informativos do *Jornal Fêmea*, disponibilizados digitalmente pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), e matérias sobre a conferência nos *Cadernos de Terceiro Mundo*, também disponíveis digitalmente em plataforma da UFRRJ. Além disso, o trabalho se valeu da análise de telegramas e despachos telegráficos entre três postos do MRE – Delegação do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York, Delegação do Brasil em Genebra e Embaixada do Brasil em Pequim – sobre a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, de 1995. Por fim, para complementar a discussão e fornecer arcabouço teórico à interpretação dos documentos analisados, o capítulo se baseou em fontes secundárias, como literatura preexistente sobre a matéria.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ESTÁGIOS-CHAVE NO PROCESSO OFICIAL DE FORMULAÇÃO DA AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA

O marco inicial do processo de preparação do Brasil para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher foi o decreto presidencial, emitido em 1993, que instituiu o Comitê Nacional. O principal objetivo do órgão era elaborar um relatório detalhado sobre a situação da mulher no Brasil, o qual deveria ser apresentado à Organização das Nações Unidas (ONU), como parte da preparação do país para o evento (Cfemea, 1994a). Nesse contexto, como estipulado pelo decreto, o Comitê teria como principais atribuições: I) a condução de pesquisas sobre temas relacionados às mulheres; II) a elaboração de materiais para a Conferência de Pequim; e III) a colaboração na preparação das posições oficiais brasileiras (Brasil, 1993).

O Comitê instituído era inovador, na medida em que expressava a intenção de absorver as demandas da sociedade civil, não apenas para a confecção do documento, mas também para a modulação do comportamento oficial brasileiro no encontro. Sob a coordenação do Ministro de Relações Exteriores Celso Amorim, o Comitê reunia representantes de sete ministérios, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, da Procuradoria-Geral da República e de órgãos híbridos na relação entre governo e sociedade civil, como o CNDM e o Fórum das Presidentas dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher (*Ibidem*).

É digno de nota que não havia, entre os membros do Comitê, representantes das organizações de mulheres. De acordo com Soares (1995), isso era explicado pela dificuldade em encontrar uma representação unificada para o movimento feminista no país, que, além de muito diverso, ainda não havia se organizado em torno de uma coordenação oficial. Apesar disso, os movimentos sociais não deixaram de ter voz ativa no processo de elaboração do relatório. A ideia era de que, por meio de seminários e outros eventos preparatórios, os mais diversos grupos de mulheres pudessem contribuir para a construção da agenda oficial brasileira (Cfemea, 1994a).

Assim, os seminários de formação foram realizados com o objetivo de coletar dados e informações que fornecessem suporte para a elaboração do "Relatório Geral sobre a Mulher na Sociedade Brasileira" (Brasil, 1994). A participação da sociedade civil seria essencial, pois fornecia ao governo dados e *insights*, reduzindo a necessidade de condução de estudos detalhados. Ademais, a legitimidade dada a centros de pesquisa e acadêmicas feministas nesse processo também ampliava as oportunidades de influência do movimento no decurso de

formulação da posição oficial do país. Esse interesse mútuo entre governo e sociedade pode ser observado em matéria veiculada na primeira edição do informe “Pequim’95”, produzido pelo Jornal Fêmea. Intitulada “Rumo ao Oriente”, ela explicita o interesse do movimento em prover as informações requisitadas pelo MRE, para a elaboração do relatório:

Durante o Seminário Gênero e Relações de Poder, realizado em Salvador pelo NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher da UFBA, foi proposto ao CFEMEA assumir a divulgação daquele e de outros quatro seminários promovidos pelo Itamaraty (...), com o objetivo de colher subsídios nas organizações de mulheres para a elaboração do documento oficial do governo brasileiro para a Conferência de Pequim. Colocamos as mãos na massa e já estamos tirando uma fornada. Esta é a primeira edição de Pequim’95 e resume as teses apresentadas ao debate sobre gênero e relações de poder, pelas feministas (...) (Cfemea, 1994a, p.2).

Em outro trecho do mesmo jornal, mas em uma seção escrita pelo diplomata Lindgren Alves, Chefe da Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores e Secretário Executivo dos Comitês Nacionais para as Conferências da ONU, há a declaração expressa de que o material do relatório deveria contemplar situações e realidades diversas (Cfemea, 1994a). A posição de Lindgren Alves corrobora a ideia de que, devido à vasta extensão territorial do país, o movimento de mulheres poderia ser um importante aliado na coleta de informações locais, que seriam repassadas para as esferas estaduais e federais, por meio de suas próprias estratégias de diálogo. No segundo informativo do Jornal Fêmea, de produção brasiliense, por exemplo, foram coletadas e divulgadas informações sobre o engajamento de mulheres paraibanas nas discussões que precederam a conferência:

Da Paraíba, Estelizabeth Bezerra de Souza, a Estelinha, manda um recado: 16 grupos estão participando das reuniões que analisam sugestões e metas para a Conferência de Pequim. E já existe uma proposta, a realização de um encontro estadual "Um Olhar Analítico sobre os Últimos Anos do Movimento de Mulheres na Paraíba". Aguardamos mais informações (Cfemea, 1994b, p.8).

Nesse sentido, a participação dos movimentos de mulheres possuía uma dupla função para a burocracia brasileira: além de suprir a necessidade de uma maior representação feminina no processo de decisão oficial, provia informação especializada de baixo custo às instâncias governamentais (Lopes, A. 2017). Ademais, a colaboração de especialistas na elaboração do Relatório Geral era recomendação da própria Secretaria da Conferência, que via nessa estratégia a melhor forma para se garantirem veracidade e qualidade do documento (Haddad, 2007).

Assim, a agenda nacional contou com a realização de 5 seminários, sob a coordenação do MRE e o apoio da Agência Brasileira de Cooperação e de organismos da

ONU, que contribuíram financeiramente para a realização dos eventos (Cfemea, 1995a). De abril a agosto de 1994, os seminários ocorreram em quatro regiões do país, abordando temas como participação política, desenvolvimento social, saúde, educação, violência contra a mulher e cooperação internacional para a próxima década⁶. Outros dois seminários⁷ contribuíram para a preparação do Brasil, abordando a questão da prostituição e do tráfico de mulheres e a necessidade de produzir políticas públicas voltadas ao recorte de gênero (Haddad, 2007).

Cada um desses encontros produziu um relatório, com as principais discussões, estatísticas e recomendações dos movimentos de mulheres para as Nações Unidas e o governo brasileiro (Soares, 1995). Ligadas, de alguma forma, a questões de gênero, as consultoras e relatoras dos seminários garantiram material à confecção do Relatório Geral, que foi posteriormente relatado por Luiza Nagib Eluf, com assessoria técnica de Heleieth Saffioti (Brasil, 1994).

A estratégia de preparação era inédita, uma vez que, pela primeira vez no país, realizava-se um processo de consulta pública para elaboração de um documento a ser entregue em âmbito internacional, referente às condições de vida das mulheres (Soares, 1995). Convém ressaltar, ainda, a diversidade de pensamento nesses encontros, que incluíam diferentes faces do movimento de mulheres, como organizações feministas e entidades distintas, como sindicalistas e mulheres rurais e periféricas (Ibidem). Esse decurso, no entanto, não escapou às críticas, tensões e descontentamentos, inerentes a um ambiente político-democrático de construção de ideias.

Parte das críticas se direcionou à maneira como se deu a escolha das responsáveis pela relatoria e consultoria dos relatórios produzidos durante a preparação. Saffioti (1995) afirma que o processo de seleção, ainda que permitisse a candidatura espontânea de mulheres, não foi amplamente divulgado, o que contribuiu para um recrutamento pouco democrático, baseado em indicações que fortaleciam corporativismos. Ademais, consoante a Soares (1995), a falta de representatividade do movimento de mulheres no CNDM e a ausência de autoridade dos interlocutores governamentais para representar plenamente seus Ministérios limitaram a criação de um espaço de atuação institucional efetivo para o movimento.

Soares (1995) ainda apontou que a influência das mulheres foi enfraquecida por uma participação desarticulada nos seminários, em virtude de desafios concernentes às formas de

⁶ Para informações detalhadas a respeito dos cinco seminários, vide Haddad, T. , 2007.

⁷ Organizados pelo Fórum Nacional de Presidentas de Conselhos da Condição da Mulher, nas cidades de Belém e do Rio de Janeiro.

organização e às interações entre as diversas faces do movimento. As consequências desses embates tornam-se claras em artigo veiculado pelo Jornal Fêmea, em agosto de 1994, sobre apresentação parcial do relatório oficial:

Logo após a leitura [da síntese] do documento, a relatora foi interrompida diversas vezes por representantes de organizações de mulheres, que alegaram ser o texto superficial (...), além de apresentar dados que não correspondem à realidade. (...) Criou-se o impasse. Apesar das insistências, prevaleceu a informação (...) de que o relatório seria apresentado primeiramente ao Comitê Nacional - dia 10 de setembro, e só a partir daí se tornaria público. (...) A proposta do movimento para que as consultoras do Itamaraty nesse processo, Heleieth Saffioti (assessora da relatora) e Vera Soares (responsável pela elaboração da plataforma de ação) participassem, junto com Luíza Nagib Eluf, da elaboração do relatório final, foi desconsiderada pelo Itamaraty. O mesmo aconteceu com a sugestão para que Luíza se reunisse primeiro com as consultoras temáticas e reladoras dos seminários antes de apresentar o documento final ao Comitê Nacional (Cfemea, 1994c, p.12).

O relatório final pôde ser analisado em sua completude pelo movimento de mulheres em setembro, após o encontro regional realizado em Mar del Plata, na Argentina. As matérias publicadas após esse momento indicam que o resultado foi satisfatório, ainda que não tenha agradado, em todos os seus aspectos, à totalidade do movimento de mulheres no Brasil. Na última edição dos informativos “Pequim’95”, em fevereiro de 1995, o capítulo do Relatório Nacional sobre estratégias e perspectivas para a igualdade de gênero foi transcrito integralmente. Abaixo do título impresso, o jornal registrou que “as páginas do documento oficial do governo brasileiro destinadas às estratégias e perspectivas incorporam importantes contribuições do movimento de mulheres” (Cfemea, 1995a, p.7).

Destaque-se, ainda, a relevância do Itamaraty nesse processo. Como evidenciado por Soares (1995), as posturas de indiferença e o pouco compromisso do governo não se refletiram na atuação do Ministério, durante os fóruns preparatórios da Conferência. Pelo contrário, durante os encontros, a atuação da delegação oficial brasileira chegou a ser elogiada por diversas ONGs de mulheres ali presentes (*Ibidem*).

Tanto na reunião regional de Mar del Plata, quanto na reunião preparatória da ONU, a delegação foi composta por profissionais do Itamaraty, mas também por mulheres atuantes do movimento feminista (Haddad, 2007). Predominou, portanto, um clima de diálogo e consideração das reivindicações do movimento, muito em decorrência da postura adotada por Tereza Quintella, chefe da delegação oficial, que representou o país em fóruns e na conferência preparatória para Pequim, em Nova York (Soares, 1995). Conforme relato da feminista “Santinha”, em entrevista veiculada pelos Cadernos de Terceiro Mundo:

[A embaixadora] não somente teve um comportamento extremamente democrático – tendo convidado ONGs a se integrarem à delegação oficial –

como todos os seus aportes nas reuniões (...) foram extremamente construtivos e sempre a favor das (...) reivindicações [do movimento de mulheres] (Dos Santos, 1995, p. 5).

O Relatório Oficial foi entregue pelo Governo brasileiro às Nações Unidas em 6 de dezembro de 1994, materializando mais de um ano de uma inovadora preparação para a Conferência. Essa postura evidencia o novo direcionamento da política externa brasileira, concebida como "política pública", e destaca a intenção do Itamaraty de expandir sua base de conhecimento especializado por meio de um maior diálogo com a sociedade civil (Haddad, 2007). Devido ao insulamento tradicional do órgão, a carência de conhecimento especializado em temas como gênero possibilitou a maior colaboração entre o MRE, ONGs e a academia, conforme apontado Bila Sorj (2006, *apud* Haddad, 2007).

Isso responde em parte aos questionamentos colocados no capítulo 3, sobre se os movimentos sociais poderiam ser entendidos apenas como "massa de manobra" pela burocracia de política externa. No cenário da preparação para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, fica aparente que os movimentos de mulheres no Brasil detinham um conhecimento que não era de posse integral do Itamaraty. Esse entendimento, somado às necessidades de democratização do Ministério, levou o órgão a perceber a importância de interagir com a sociedade civil e de estimular um debate público sobre o tema, não apenas como uma forma de absorver expertise, mas também como uma estratégia para legitimar sua atuação e construir políticas mais inclusivas e informadas. Assim, a colaboração entre o MRE e os movimentos sociais, especialmente os feministas, se tornou uma via de mão dupla, beneficiando tanto a instituição governamental quanto os próprios movimentos na promoção de suas agendas.

4.2 O BRASIL NA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER

A delegação oficial do Brasil para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher foi composta majoritariamente por mulheres, incluindo representantes da sociedade civil. Presidida pela Dra. Ruth Cardoso, foi subchefiada pela embaixadora Thereza Quintella e por Rosiska Darcy de Oliveira, dirigente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A delegação brasileira contou ainda com representantes da Presidência, da Procuradoria-Geral da República e de vários ministérios⁸. Além disso, incluía dez outras conselheiras com

⁸As informações detalhadas sobre as pessoas que compuseram a delegação oficial para a Conferência de Pequim estão disponíveis no Telegrama n. 923, para a Embaixada em Pequim, de 28 de agosto de 1995. De todas as

trajetória na defesa da causa das mulheres, treze parlamentares observadoras e uma representante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), reforçando a diversidade e o compromisso do país com a igualdade de gênero (Oliveira, 1996). Essa composição refletiu, portanto, a continuidade da interação iniciada no processo de preparação oficial, promovido pelo Itamaraty com os movimentos de mulheres.

A dinâmica adotada pela delegação brasileira concretizou o chamado “triângulo de poder”, situação em que as mulheres se valem, não apenas de movimentos sociais e do terceiro setor, mas também de cargos políticos e burocráticos, para aumentar a chance de fazer valer suas demandas (Nijeholt, Vargas, Wieringa, 1998). Isso está exemplificado na figura de Ruth Cardoso, chefe da delegação, que, além de primeira-dama, tinha uma história pregressa dentro do movimento feminista e no âmbito do terceiro setor (Brandão, 2010).

Outra figura feminina proeminente foi Thereza Quintella, que desempenhou um importante papel como intermediária entre o Ministério e as mulheres presentes na Conferência (Lopes, A. 2017). Com conhecimento e experiência sobre questões de gênero, adquiridos durante sua atuação como chefe da delegação brasileira na Conferência de Nairóbi, a embaixadora manteve contato contínuo com a sociedade civil ao longo dos anos seguintes (Balthar, 2023). Além disso, seu trabalho em 1994, especialmente nas reuniões preparatórias para Pequim, deu indícios de que sua contribuição no encontro seria significativa e eficaz.

Nesse contexto, a chefia de mulheres da própria burocracia trouxe à delegação uma nova sensibilidade. A partir de um entendimento mais aprofundado sobre as temáticas de gênero, elas facilitaram um diálogo mais aberto e inclusivo com os movimentos de mulheres na ONU. Como registrado por Rosiska Darcy de Oliveira, subchefe de delegação, a interlocução com a sociedade civil foi constante, mesmo durante a conferência, uma vez que:

Em Pequim, a Delegação à Conferência oficial reuniu-se diariamente com parlamentares e representantes de organizações não governamentais em briefings onde se analisava o processo de negociação em curso e se debatiam as posições a serem adotadas pelo Brasil. Através desta interlocução, a Delegação oficial brasileira reconhecia e valorizava explicitamente a necessária colaboração com a sociedade civil na construção de suas posições (1996, p.11).

Assim, diante de robusta representação feminina e de minucioso preparo junto ao movimento de mulheres, o Brasil assumiu posição destacada no âmbito das Nações Unidas. A delegação brasileira, fundamentada pelo Relatório Oficial e apoiada pelas aspirações majoritárias da população feminina, atuou de maneira positiva e consistente em Pequim,

peessoas citadas no “desptel”, algumas não puderam participar da conferência, o que está registrado na continuidade da série telegráfica ministerial, referente à IV Conferência Mundial sobre a Mulher.

respeitando a legislação nacional e evitando fundamentalismos (Alves, 2001). Prevaleceu, portanto, no comportamento oficial do país, um clima de defesa das conquistas alcançadas pelas mulheres nas conferências prévias a Pequim e o desejo de avançar em pautas mais sensíveis (Haddad, 2007).

Nesse sentido, o Brasil diferenciava sua postura da adotada em Nairóbi, onde as discussões brasileiras sobre gênero focalizaram temáticas de desigualdade e desenvolvimento social (Nicodemos, 2005, *apud*, Haddad, 2007). Atuando crítica e propositivamente em Pequim, o país defendeu a manutenção do conceito de gênero, que vinha sendo questionado por se distanciar da dicotomia biológica entre homem e mulher (Haddad, 2007). O debate polarizou a Conferência e estendeu-se sobre as demais discussões acerca da matéria, como a que envolvia os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Em momento de embate sobre a inclusão do termo “orientação sexual”, por exemplo, o Brasil assumiu forte posição, ao reivindicar seriedade perante os demais delegados, conforme telegrama da Embaixadora Quintella, direcionado ao Ministério:

Muito tensos, os argumentos levantados contra a inclusao [do termo] foram violentos, injuriosos e sempre acompanhados de risadas e aplausos. (...) A delegacao brasileira (eu mesma) fez intervencao breve, em que afirmou que a lei brasileira nao discrimina, ela (a constituicao) proihbe a discriminacao sob quaisquer formas. Afirmou tambem que o tema devia ser discutido com seriedade, ali e no seio de cada sociedade, pelo que se declarava consternada diante do conteuhdo de algumas das intervencoes havidas (Brasil, 1995e).

A expressão não foi cunhada no documento final. Não obstante, mesmo sem menção direta, pode-se afirmar que os direitos sexuais e reprodutivos foram contemplados no parágrafo 96 da Plataforma de Ação, que reconhece o controle sobre a sexualidade como um direito humano da mulher (Haddad, 2007). Convém ressaltar, também, o pioneirismo brasileiro na defesa da matéria (Balthar, 2023). Ainda no expediente telegráfico de nº 1047, Quintella evidenciou que o movimento de mulheres esteve presente durante o debate e possuía interesse em divulgar a posição do país. A embaixadora fundamentou sua intervenção na Constituição de 1988, promovendo bases para o avanço das posições brasileiras sobre a matéria no âmbito internacional:

Presto os seguintes esclarecimentos adicionais: A) O objetivo da Plataforma de Acao declarado logo na primeira frase do primeiro paragrafo, eh o ‘empoderamento’ (‘empowerment’) de todas as mulheres, sem qualquer distincao, B) a situacao mais desfavoravel de alguns grupos de mulheres, porque sofrem discriminacao, eh fato inegavel, C) Tratava-se de reconhecer esse fato, nao de procurar assegurar direitos novos e especificos a mulheres que tenham determinado comportamento sexual, D) A delegacao brasileira pensa haver tratado o tema muito claramente dentro dos limites da lei

brasileira e, em particular, da Constituição Federal (artigos 30 IV e 50) (Brasil, 1995e).

Ademais, a delegação brasileira assumiu proeminente papel na defesa dos direitos das mulheres como direitos humanos. Tal princípio, que já havia sido progressivamente discutido em várias conferências e documentos internacionais, passou a ser motivo de embates e questionamentos e chegou à Conferência de Pequim entre colchetes⁹.

A formulação explícita de que "os direitos das mulheres são direitos humanos" consolidou-se no cenário internacional na Conferência de Viena, em 1993. No entanto, desde o Cairo, em 1994, o radicalismo religioso intensificou-se geograficamente em diversos contextos. A crescente atividade dos movimentos fundamentalistas islâmicos resultou em um ambiente global mais hostil às conquistas femininas (Alves, 2001). Em paralelo, no Ocidente, o ressurgimento de dogmas cristãos conservadores aumentou a vulnerabilidade do progresso já realizado sobre a matéria (*Ibidem*).

Existia, ainda, uma contradição entre os discursos inclusivos e a aplicação de um neoliberalismo excludente ao redor do mundo, o que enfraquecia a legitimidade das pautas ocidentais sobre direitos femininos, reforçando conservadorismos (*Ibidem*). Esse contexto fez com que o parágrafo 14 – que também fazia referência aos direitos reprodutivos, mas como direitos humanos das mulheres – estivesse entre os trechos de mais difícil negociação, conforme relatado em expediente telegráfico:

Relaciono, a seguir, os parágrafos cuja negociação para alcançar texto de consenso foi mais difícil: A) Parágrafo 14, que afirma que os direitos da mulher são direitos humanos. Objeto de 'dúvidas' iniciais pelo grupo dos 77, o parágrafo foi adotado por impulso do Brasil, que se dissociou publicamente da posição dos 77, já que este assunto não havia sido objeto de entendimentos prévios. Com a dissociação do Brasil, os 77 não tiveram condições de insistir no questionamento do tema. O problema que se colocava a respeito deste parágrafo é que durante a Conferência do Cairo os direitos reprodutivos da mulher foram reconhecidos por um documento internacional. (...) A partir de agora eles são integrados aos direitos humanos. (...) (Brasil, 1995d).

Destaque-se, portanto, a postura enfática e estratégica do Brasil, de adotar o parágrafo e dissociar-se publicamente do Grupo dos 77, para pressionar as demais delegações. Como resultado, tanto o parágrafo 2º quanto o 14º da Plataforma de Ação e da Declaração de Pequim asseguraram a inclusão dos direitos das mulheres no âmbito dos direitos humanos. Ademais, embora a expressão "direitos sexuais e reprodutivos das mulheres" não tenha sido

⁹Em documentos de trabalho nas negociações internacionais, termos entre colchetes indicam conteúdo sobre o qual há desacordo entre as partes. Os colchetes sinalizam que o teor da negociação ainda precisará ser discutido, alterado ou removido, para que se chegue a um consenso.

explicitamente definida como um direito humano, a interpretação conjunta dos itens mencionados com o parágrafo 97 do documento fundamenta a ideia de que esses direitos são parte integrante dos direitos humanos das mulheres.

Outra situação em que o país assumiu posição destacada se relacionou às barreiras ao gozo dos direitos humanos pelas mulheres. A delegação oficial do país introduziu a perspectiva de interseccionalidade de gênero e conseguiu negociar a inclusão de fatores específicos como raça e etnia na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (Balthar, 2023). Conforme demonstrado no telegrama de nº 1045, essa era uma demanda proveniente do movimento de mulheres brasileiras, à qual o Brasil visava atender:

D) Paragrafo 32, sobre as barreiras ao gozo dos direitos humanos pela mulher. De inicio, muitos paises queriam evitar a mencao a fatores especificos, como raca, etnia ou incapacidade, por motivos diversos. Alguns paises com conflitos especificos ameaçavam incluir 'ocupacao estrangeira' e outros temas polemicos, na lista de obstaculos ao gozo dos direitos humanos das mulheres. O Canada, por sua vez, so aceitaria relacao que incluísse as indigenas. O impasse foi resolvido com uma lista relativamente ampla, mas nao politizada, incluindo, como era desejo do movimento de mulheres brasileiras, raca e etnia (Brasil, 1995d).

A proposta do país visava a garantir que raça e etnia não fossem barreiras à igualdade de gênero, um passo significativo, considerando a ausência de apoio de alguns aliados africanos e a controvérsia gerada durante as discussões (Haddad, 2007). Para enfrentar resistências, o Brasil adotou uma estratégia de diálogo contínuo com as mais variadas delegações, obtendo resposta positiva dos países às reivindicações brasileiras (Machado, 1995). Esse sucesso evidenciou a habilidade do Brasil em mediar e construir consensos, destacando-se no avanço dos direitos humanos das mulheres no contexto internacional:

3. Depois de cumprimentar a chefe da delegacao brasileira, o senhor Wirth referiu-se aa coincidência, em conferencias anteriores, dos pontos de vista do Brasil e dos EUA e aa importancia de nosso paihs como construtor de consensos. Com referencia aa Plataforma de Acao de Beijing, lembrou os resultados alcancados na Conferencia de Viena no tocante aa universalizacao do conceito de direitos humanos, diferentemente do que ocorreu no Cairo, quando, em razao da enfase atribuihda ao aborto no contexto de sauhde reprodutiva, foram admitidas ressalvas a respeito de valores culturais, historicos e religiosos (Brasil, 1995d).

Convém ressaltar, ainda, que essa conquista revelou a persistência do racismo, reafirmando a necessidade de combater discriminações estruturais (Haddad, 2007). Assim, a iniciativa da delegação oficial brasileira, de apresentar a demanda histórica do Movimento Negro à Conferência, estabeleceu novos patamares para a discussão da questão racial no país

e marcou o reconhecimento internacional do governo brasileiro do mito da democracia racial (Iraci, 1995).

Nesse contexto, com o apoio dos movimentos de mulheres, o Brasil desempenhou um significativo papel em Pequim. O país buscou influenciar a construção de uma plataforma de ação que atendesse, ainda que de forma limitada, às expectativas de, pelo menos, metade da população nacional. Em telegrama da época, fica evidente a preocupação da delegação oficial de aprovar um documento condizente com as demandas e reivindicações do movimento de mulheres brasileiras:

3. É importante mencionar que, embora o texto final da (...) Declaração tenha tido seu conteúdo diluído, de modo a contornar o impasse surgido entre as diferentes posições, as principais preocupações do movimento de mulheres encontram-se refletidas na Plataforma de Ação, que, em última análise, é o documento que contém os objetivos e ações a serem implementados pelos governos, com vistas ao avanço da situação da mulher (Brasil, 1995d).

Como pôde ser observado, o Brasil esteve presente nos principais embates da Conferência, com foco na garantia de que os direitos específicos das mulheres fossem reconhecidos como direitos humanos. Apesar das dificuldades e limitações impostas pela conjuntura internacional, a Declaração de Pequim veio ao encontro de muitas das reivindicações do movimento das mulheres brasileiras (Corrêa, 1995). Nesse sentido, pode-se dizer que a participação do Brasil nos resultados das negociações ficou evidente, destacando-se o papel das burocratas brasileiras, que conseguiram adaptar as demandas das mulheres à linguagem da burocracia nacional e da ONU. Essa conjuntura geral foi fruto da articulação eficiente entre governo e sociedade, iniciada ainda na fase de preparação para a Conferência e concretizada nos documentos aprovados sem ressalvas pelo Brasil.

5. PAPEL DO MOVIMENTO DE MULHERES BRASILEIRO: INTERFACE COM A POLÍTICA EXTERNA

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher impulsionou um processo significativo de mobilização das mulheres, seja a nível nacional, regional ou internacional. Assim, o presente capítulo abordará as atividades e estratégias adotadas pelas mulheres brasileiras antes e durante a Conferência de Pequim. Ao explorar as estratégias do movimento, o capítulo busca evidenciar como o feminismo brasileiro contribuiu para a agenda de política externa do país à época, especialmente no que se refere à promoção da igualdade de gênero e ao reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos. A análise dessas dinâmicas é essencial para compreender a interface entre os movimentos sociais e a política externa, bem como para averiguar se as demandas do movimento foram realmente levadas em consideração, ou se corroboram a ideia de que os movimentos sociais foram instrumentalizados pelo Itamaraty.

Diante disso, foram utilizadas, predominantemente, fontes primárias, como recursos metodológicos para a execução do capítulo. A pesquisa priorizou registros feitos e veiculados por acadêmicas feministas e entidades do movimento de mulheres, sobre a participação da sociedade civil organizada em Pequim. Foram utilizados, assim como no capítulo 4, boletins, dossiês e informativos do Jornal Fêmea, disponibilizados digitalmente pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), e matérias sobre a conferência nos Cadernos de Terceiro Mundo, disponíveis em plataforma da UFRRJ. O trabalho também se valeu dos telegramas enviados e recebidos pela Embaixada do Brasil em Pequim sobre o assunto.

5.1 ENVOLVIMENTO DO MOVIMENTO DE MULHERES PRÉ-CONFERÊNCIA

A preparação para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher perpassou, de forma paralela, uma vasta rede de articulação do movimento de mulheres brasileiras. No país, as discussões sobre igualdade de gênero vinham ganhando força desde a década de 1960, mas foi a partir das décadas de 1980 e 1990 que organizações de viés feminista começaram a coordenar e transnacionalizar mais intensamente suas ações (Prá; Epping, 2012). Desde a Conferência no México, em 1975, os movimentos organizados de mulheres estruturavam fóruns paralelos, para debater, de maneira independente, suas próprias agendas, demonstrando habilidades inéditas de articulação a nível doméstico e internacional (Bissio; Costa, 1995).

O temor de que as conquistas alcançadas em conferências anteriores pudessem recrudescer em Pequim, em virtude de um aumento de posições conservadoras em diversas localidades do mundo, deu mais impulso à tendência de articulação coletiva (Alves, 2001). As organizações sociais lideradas por mulheres intensificaram suas discussões e participaram ativamente dos preparativos para Pequim, reunindo esforços para rearticular o movimento e fortalecer suas demandas no país e no mundo (Soares, 1995). No Brasil, o movimento feminista identificava fragilidades em algumas posições do governo e buscava estratégias para enfrentá-las. Embora reconhecesse que as pautas femininas haviam sido consideradas na Conferência do Cairo, existia a preocupação de que elas permanecessem limitadas a questões de desenvolvimento (Bissio; Costa, 1995). Com isso, o movimento se propôs a expandir o alcance de suas demandas junto ao governo, avançando temas transversais à temática de gênero, como meio ambiente, consumo e direitos sexuais.

Foi nesse contexto de mobilização que surgiu a Articulação de Mulheres Brasileiras para Pequim (AMB). Com sede no Rio de Janeiro, a articulação era composta por uma Secretaria Executiva e um Comitê Nacional, que incluía uma representante de cada um dos 26 Estados brasileiros (Cfemea, 1995b). Existia, portanto, um esforço pela ampliação da quantidade de mulheres nos debates sobre a Conferência, de modo a fortalecer e legitimar o movimento. Nesse processo, a Articulação dedicou-se a produzir um balanço abrangente sobre a situação das mulheres no Brasil, considerando a vasta extensão do país e a pluralidade de perspectivas de suas organizações civis.

Foram feitos diagnósticos locais, por mais de 400 grupos e fóruns estaduais, criados especialmente para esse fim (Bissio; Costa, 1995). A partir das informações coletadas a nível local, foi produzido um dossiê, que seria aprovado e discutido em um encontro nacional de mulheres. O objetivo era pressionar o Governo para garantir que o Relatório Oficial brasileiro refletisse, de forma fiel, as condições das mulheres no país (Soares, 1995). Paralelamente, tencionava-se participar do processo oficial de preparação brasileiro, sem comprometer a autonomia e os espaços de articulação independente do movimento (Cfemea, 1994d).

Sob o slogan “Beijing é Aqui!”, a AMB articulou e abrangeu desde representantes do movimento negro e acadêmicas feministas a prostitutas, sindicalistas, teólogas e empregadas domésticas brasileiras (Cfemea, 1994e). Parlamentares também participaram ativamente do processo de preparação paralelo, evidenciando o alcance e a influência do movimento na burocracia nacional. A estratégia de aproximação com o Estado buscava garantir que as promessas feitas pelo Brasil em Pequim fossem efetivamente implementadas no país. Esse

interesse em utilizar o aparato estatal para concretizar demandas de longo e médio prazo foi registrado e veiculado por edição informativa do Jornal Fêmea¹⁰:

O CFEMEA vem assessorando a bancada feminina nos trabalhos preparatórios (...) firme na convicção de que Beijing'95 teria repercussões dentro do Congresso Nacional e que este seria um momento privilegiado para avançarmos em relação aos direitos da mulher no Legislativo. Nossas expectativas, felizmente, vêm se confirmando. A participação de várias parlamentares federais, estaduais e municipais na Conferência das Mulheres Brasileiras é um indicativo de que as nossas propostas terão ressonância no Congresso Nacional, nas Assembléias Estaduais e nas Câmaras de Vereadores (Cfemea, 1995c, p.2).

A referida Conferência de Mulheres Brasileiras rumo a Pequim contou com a participação de representantes de 25 Estados brasileiros e do Distrito Federal¹¹. Mais de 700 mulheres participaram do encontro, ocorrido entre os dias 15 e 18 de junho de 1995. Os quatro dias de evento materializaram quase um ano e meio de coordenação do movimento, em prol da Conferência de Pequim. Nele, aprovou-se uma Declaração Política, que apontava alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente. O documento também articulava questões de gênero e raça, confirmando os compromissos das mulheres brasileiras na luta por políticas sociais que superem as desigualdades. A principal reivindicação da declaração foi que tanto o governo brasileiro quanto a comunidade internacional mantivessem os progressos das conferências anteriores e buscassem avançar ainda mais nessa trajetória¹²:

O Movimento de Mulheres do Brasil exige que o Governo Brasileiro e a Comunidade Internacional reafirmem na IV Conferência Mundial da Mulher as conquistas obtidas na Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), a Conferência de Direitos Humanos (1995), a Conferência de População e Desenvolvimento (1994) e a Cúpula de Desenvolvimento Social avançando sobre seus limites e impedindo que posições conservadoras invistam ainda mais contra os direitos das mulheres. Que haja o reconhecimento por parte do governo brasileiro e pela comunidade internacional que qualquer agressão à integridade física e moral das mulheres constitui violência contra os direitos humanos (Cfemea, 1995, p.9).

¹⁰ Matéria veiculada no Jornal Fêmea demonstra que, naquele momento, o movimento feminista brasileiro reconhecia algumas decisões legislativas como frutos de sua influência no Congresso Nacional. Havia cerca de 170 projetos de lei relacionados aos direitos das mulheres em tramitação, e aumentava o número de audiências públicas, realizadas especialmente na área da saúde. A leitura sobre essas conquistas demonstrava que o movimento não se via como um simples instrumento do governo, mas sim como um grupo de interesse capaz de moldar e influenciar a agenda legislativa do país. Além disso, a fiscalização ativa das políticas públicas, como o acompanhamento do PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher), e a aprovação de leis importantes, como aquelas que punem a discriminação no mercado de trabalho e garantem berçários em presídios, reforçavam essa percepção. Essas ações mostravam que o movimento feminista estava efetivamente engajado em garantir que suas demandas fossem atendidas, consolidando seu papel como um ator político relevante e independente na arena parlamentar. Para mais informações, vide Cfemea, 1995c.

¹¹ Apenas Tocantins não possuiu representação feminina no evento.

¹² A Síntese da Declaração Política foi divulgada na edição de n. 29 do Jornal Fêmea, em junho de 1995, e no Boletim de número 8, da Secretaria Nacional de Mulheres do PT, de mesma data. Estão disponíveis respectivamente em: <<https://www.cfemea.org.br/images/stories/colecaofemea/jornalfemea029.pdf>> e <https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/PTDN_APS_SNM_0013_NT.pdf> Acesso em: 20/08/2024

Como pode ser observado, as exigências contidas na Declaração Política estão em consonância com a atuação e o discurso oficiais brasileiros, durante a Conferência de Pequim. Conforme abordado no quarto capítulo, a delegação brasileira mostrou um compromisso consistente com a defesa dos progressos obtidos em conferências anteriores e, em várias ocasiões, desempenhou papel significativo na promoção e no avanço de temas relacionados aos direitos das mulheres. Além disso, o empenho do Brasil em assegurar que os direitos das mulheres fossem plenamente reconhecidos como parte integrante dos direitos humanos universais também evidencia a relação entre o movimento de mulheres brasileiras e a atuação oficial do país.

Outros pontos da Declaração Política conversam com as posições do país em Pequim, como a defesa do exercício, sem discriminação, da sexualidade pelas mulheres, e a reivindicação de que raça e etnia não fossem considerados empecilhos à igualdade de gênero.¹³ Assim, ao participar das discussões internacionais sobre os direitos das mulheres, o Brasil não apenas endossou as demandas estabelecidas no documento debatido, como também se comprometeu a assegurar que essas reivindicações fossem integralmente reconhecidas como componentes essenciais dos direitos humanos universais.

Convém ressaltar, todavia, que o processo de planejamento e definição de agendas do movimento não foi homogêneo. Houve desacordos significativos entre os grupos de mulheres, sobre as prioridades para a Conferência de Pequim. Enquanto algumas ativistas defendiam a importância de garantir maior participação nos documentos governamentais enviados à ONU, visando a futuras estratégias de “advocacy”, outras expressavam descontentamento com a imposição de uma agenda vista como dominada por países do Primeiro Mundo (Alvarez, 2018). A Articulação de Mulheres Brasileiras também chegou a ser alvo de críticas, por centralizar decisões e monopolizar recursos (*Ibidem*). Esses embates refletem não apenas as tensões típicas de um processo político e democrático de tomada de decisões, mas também a complexidade do próprio movimento de mulheres brasileiras.

Não obstante, pode-se dizer que, em geral, a coordenação entre os movimentos de mulheres mostrou-se eficaz, especialmente no que tange à incorporação de demandas feministas no discurso oficial brasileiro. A Conferência de Pequim impulsionou a reorganização do movimento, que buscou maior espaço de diálogo e interação com o Estado,

¹³ No documento, essas demandas estão exemplificadas da seguinte forma: “9. Não pode haver igualdade quando as mulheres não conseguem exercer seus direitos reprodutivos e o livre exercício da orientação sexual(...)” e “[propomos] i) garantir o combate à violência racial, que se expressa também na repressão policial, na ação do narcotráfico e no extermínio da população negra” (AMB, 1995).

ao mesmo tempo em que procurou manter autonomia e independência perante algumas pautas e debates. Nesse sentido, a articulação paralela de mulheres foi essencial, para complementar o processo oficial. Esse esforço de engajamento permaneceu significativo nos processos subsequentes de transnacionalização e internacionalização do movimento, que serão explorados na seção seguinte.

5.2 TRANSNACIONALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE DEMANDAS DO MOVIMENTO DE MULHERES BRASILEIRO: MAR DEL PLATA E NOVA YORK

Ainda de forma prévia a Pequim, dois Comitês Preparatórios evidenciaram resultados interessantes, a partir de esforços estratégicos de coordenação internacionalizada do movimento de mulheres. Os encontros realizados em Mar del Plata, na Argentina, e em Nova York, nos EUA, demonstraram como as discussões das mulheres brasileiras buscaram articular-se em um espectro regional mais amplo, visando a alcançar consensos e fortalecer posições para a Conferência. Nesse sentido, os dois “PrepComs”¹⁴ foram precedidos por Fóruns Paralelos de ONGs, cujo objetivo era influenciar as negociações das delegações oficiais de seus países para a Conferência de Pequim.

Como uma iniciativa fundamental para coordenar as estratégias das organizações feministas da região, foi criado o Comitê Latino-Americano de ONGs. Composto por representantes de cada uma das sub-regiões da América Latina, o Comitê objetivava unificar e fortalecer as vozes das organizações civis latino-americanas (Cfemea, 1994f). Ademais, diante de atrasos e desafios políticos na organização do movimento em diversos países, o Comitê desempenhou um papel crucial na mobilização e articulação de ONGs, garantindo que as demandas em prol da igualdade de gênero fossem devidamente apresentadas e debatidas no cenário internacional (*Ibidem*).

Foi planejado, portanto, o Fórum Paralelo em Mar del Plata, que deveria anteceder a VI Conferência Regional para a Integração da Mulher ao Desenvolvimento na América Latina e Caribe. Antecipar esse encontro permitiu uma articulação independente das mulheres da região, em prol da construção de um documento regional, que servisse para pressionar os governos latino-americanos durante os fóruns preparatórios para Pequim (AMB, 1995, *apud* Haddad, 2007). Ao organizar o Fórum de ONGs, o Comitê Latino-Americano possibilitou a criação de um espaço de intercâmbio de experiências, que culminou na construção de uma agenda comum para o movimento (Dos Santos, 1995). Essa articulação não apenas fortaleceu

¹⁴ Abreviação para Comitê Preparatório, frequentemente utilizada na linguagem diplomática.

a posição das ONGs na Conferência de Pequim, mas também impulsionou a integração das lutas regionais em um contexto globalizado.

Assim, quando materializada a VI Conferência Regional, já existia um documento, produzido coordenadamente pelas mulheres da América latina e do Caribe (Haddad, 2007). A definição das prioridades dos países da região teria que perpassar, portanto, a administração da demanda articulada da sociedade civil. A complexidade desse processo, que exigia a construção de consensos entre governos, mas também entre as burocracias e os movimentos sociais, fez com que o texto final do Comitê não pudesse ser concluído. Nova reunião foi convocada pela CEPAL, desta vez em Santiago, no Chile (Adorno, 1995).

Como em Mar del Plata, a delegação oficial brasileira no Chile era chefiada por uma diplomata de carreira e continha representantes da sociedade civil¹⁵. Além disso, existiam ONGs credenciadas junto à ONU, que atuavam como observadoras nos fóruns oficiais (Haddad, 2007). Pode-se afirmar, portanto, que o movimento de mulheres brasileiro fortalecia-se dentro da burocracia, ao passo que também encontrava espaço de atuação fora dela. De acordo com Márcia Adorno, diplomata responsável por chefiar a delegação brasileira em Santiago, “merece especial registro a estreita coordenação entre as ONGs presentes e as delegações oficiais, levando à incorporação ao Plano de Ação de várias propostas emanadas das ONGs” (1995, p. 4).

Finalizado o “Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina”¹⁶, em Santiago, tanto os movimentos civis quanto as representações oficiais se voltaram à participação no III Comitê Preparatório, ocorrido entre 13 de março e 7 de abril de 1995, em Nova York. O encontro, dessa vez de caráter global, também foi antecedido por um Fórum Paralelo de ONGs, com duração de dois dias. Cerca de 1400 representantes de organizações não-estatais das mais diversas nacionalidades debateram e definiram propostas sobre o conteúdo da Plataforma da Ação.

Cabe destacar, neste momento, a participação de parlamentares do Congresso Brasileiro na delegação do país em Nova York, chefiada pela embaixadora Thereza Quintella. A estratégia de incluir parlamentares nas discussões prévias dos documentos era entendida pelo movimento feminista como uma forma de garantir que as demandas apresentadas tivessem maior chance de concretização no âmbito interno (Dos Santos, 1995). Ciente de que

¹⁵ Para mais informações sobre as delegações oficiais vide telegrama ostensivo de nº 1.233, para a delegação brasileira nas Nações Unidas, em 1994, e Haddad (2007).

¹⁶ Vide: CEPAL. **Programa de Acción Regional para las Mujeres de América Latina y el Caribe**, 1995-2001. Disponível em:

<<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/a40b9ccf-d1a7-4b70-8163-3f0ae9d53dd8/content>>
Acesso em: 21/08/2024

todos os documentos da IV Conferência precisariam ser ratificados pelos respectivos congressos, a sociedade civil compreendeu que a participação antecipada de parlamentares nas fases de elaboração aumentaria a probabilidade de suas propostas serem efetivamente incorporadas nas políticas nacionais (*Ibidem*). Essa abordagem estratégica foi validada pela presença de representantes do Congresso Nacional em Nova York e pela participação de um grupo de 13 parlamentares como observadoras, na Conferência de Pequim, ampliando a influência do movimento no processo legislativo.

Outro ponto relevante para a análise da correlação entre as posições oficiais brasileiras em Nova York e as reivindicações do movimento feminista foram os embates em torno do Grupo dos 77. Composto por uma diversidade de países em desenvolvimento, o grupo apresentava posições divergentes sobre os direitos das mulheres, o que dificultava a articulação de uma postura unificada, como ilustrado na seção 4.2, quando se tratou de discordância assumida publicamente pelo Brasil, em Pequim, em relação ao G77. Essa realidade levou o governo brasileiro a adotar uma estratégia flexível: embora fosse parte desse grupo, o Brasil estava preparado para se dissociar do bloco, sempre que a unidade prejudicasse os interesses nacionais, especialmente em relação às posições progressistas que o país vinha sustentando (Nicodemos, 2005, *apud*, Haddad, 2007).

Essa postura foi influenciada pelos compromissos já assumidos em nível nacional e regional, muitos dos quais foram fortemente impulsionados pelo movimento feminista brasileiro. Dessa forma, a estratégia de negociação do Brasil no Comitê Preparatório em Nova York foi marcada por uma cuidadosa ponderação entre manter a coesão com o Grupo dos 77 e preservar os avanços na pauta de igualdade de gênero defendidos pelo movimento feminista (Haddad, 2007). Nesse sentido, o Brasil chega a Pequim sustentando uma postura flexível e articulada com as demandas dos movimentos sociais em prol da igualdade de gênero.

5.3 AS MULHERES BRASILEIRAS NA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER

De 30 de agosto a 8 de setembro, chegaram à China mais de 30 mil mulheres (Pietilä, 2007). Juntas, elas participaram de cerca de 3.500 debates, realizados durante 10 dias, discutindo, opinando e decidindo sobre os mais variados temas de destaque mundial (Cfemea, 1995d). No total, trezentas brasileiras participaram do evento, entre quase 2000 latino-americanas (*Ibidem*). Huairou, a cidade chinesa que sediou o Fórum Mundial de ONGs,

tornou-se a cidade das mulheres. A participação maciça da sociedade civil organizada, no entanto, não se materializou sem embates e limitações.

Inicialmente planejado para ocorrer próximo ao local da Conferência Oficial, o Fórum Paralelo foi realocado pelo governo chinês, meses antes do evento, para a cidade de Huairou, que ficava a cerca de 52 km do centro de Pequim, onde ocorreriam os debates oficiais (Brasil, 1995a). Apesar da oposição da ONU e dos movimentos de mulheres, o governo manteve essa decisão, que acabou sendo interpretada como uma tentativa de distanciar as discussões da sociedade civil do centro da capital, a fim de minimizar seu impacto no debate oficial e na população local (Brasil, 1995b). Mesmo com sugestões alternativas, como o "National Olympic Sports Center", em Pequim, as autoridades chinesas permaneceram firmes em manter Huairou como sede do evento (*Ibidem*).

As dificuldades burocráticas impostas aos movimentos sociais pelo governo chinês também perpassaram a concessão de vistos. Somadas às críticas sobre a alocação do espaço para o Fórum das ONGs, tais obstáculos tornaram-se motivos de críticas internacionais e de descontentamentos com relação à organização do evento (Brasil, 1995c). Além disso, as fraturas nas negociações evidenciadas durante os Comitês Preparatórios, em especial em Nova York, fizeram com que as ativistas chegassem a Pequim cientes de que havia muitos outros empecilhos ao sucesso da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Corrêa, 1995).

Ainda assim, as 30 mil mulheres que representaram a sociedade civil em Pequim buscaram fazer do Fórum Paralelo um espaço próprio de expressão de realidades distintas, dando visibilidade às suas prioridades e garantindo a manifestação da pluralidade cultural dos diversos grupos de mulheres do movimento transnacionalizado. Em 31 de setembro, foi inaugurada a Tenda da América Latina e do Caribe, com atividades divididas por temas e coordenação seccionada por região. Ao Brasil, em conjunto com o Cone Sul e com a Repem¹⁷, coube a organização de discussões referentes ao tema da pobreza, em que foram abordados os impactos negativos de programas de ajustes estruturais nas vidas de mulheres e crianças (Schumacher, 1995b). Outros temas, como paz, saúde, diversidade e participação política da mulher, também foram trabalhados na Tenda. Além disso, as brasileiras estiveram envolvidas, de forma articulada, com outras mulheres latino-americanas, em várias atividades de coordenação do Fórum, permitindo um posicionamento mais estratégico nas negociações da Conferência Oficial (Sardenberg, 2018).

Além da programação de debates, também contribuíram para o êxito da Tenda iniciativas como lançamentos de livros, exibição de vídeos e visitas de personalidades

¹⁷ Sigla para Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e Caribe.

políticas e de delegações oficiais de diversos países da América Latina, do Caribe e de outras regiões do mundo. “Shuma” Schumacher, que fazia parte da secretaria executiva nacional da AMB e participou da Conferência de Pequim, registrou a participação da delegação oficial brasileira no Fórum Paralelo:

A delegação oficial brasileira, integrada por presidentas de conselhos, parlamentares, ONGs, representantes do executivo e chefiada por Ruth Cardoso visitou a Tenda assumindo no seu discurso o compromisso de defender as conquistas das mulheres nas conferências anteriores (1995b, p. 3).

A visita da representação oficial à Tenda da América Latina e do Caribe pode ser interpretada como um movimento de deferência do Brasil diante da coordenação e da força das mulheres em Pequim. Não foi, todavia, apenas a delegação oficial que rompeu com os limites formais da conferência, para se aproximar diretamente do movimento em Huairou: a atuação da sociedade civil também transcendeu o Fórum de ONGs.

No âmbito da Conferência Oficial, a resistência dos países desenvolvidos às reivindicações econômicas dos movimentos organizados motivou manifestações das representantes latino-americanas, no Centro Internacional de Convenções de Pequim. Em uma ação articulada, as ativistas protestaram contra as políticas de ajuste estrutural e a dívida externa. Vestindo faixas de missas, feitas de papel higiênico e com slogans como "justiça econômica" e "não ao ajuste estrutural", elas denunciaram a pobreza e a fome na região e criticaram as políticas do Banco Mundial e do FMI, pressionando os governos a reconsiderarem suas estratégias (Cfemea, 1995e). Virgínia Vargas, coordenadora do Fórum de ONGs da América Latina e do Caribe, também discursou no Plenário, destacando a ausência de propostas concretas para garantir e implementar a justiça econômica na Plataforma de Ação (*Ibidem*). Embora as faixas tenham sido confiscadas pela segurança, a ação foi bem sucedida, captou a atenção dos países presentes na Conferência e obteve apoio de várias delegações, configurando-se como um exemplo da coordenação estratégica do movimento (*Ibidem*).

O movimento de mulheres também teve um papel decisivo na inclusão de questões importantes no documento final da Conferência de Pequim, como ocorrido com relação à dívida multilateral. No momento em que o Grupo dos 77 perdeu a oportunidade estratégica de incluir um parágrafo recomendando a redução da dívida externa no capítulo sobre pobreza, foi a pressão das ONGs que garantiu que o texto fosse adotado em outra seção (Corrêa, 1995). Posteriormente, esse parágrafo foi remanejado para sua posição original, onde teve maior impacto e relevância (*Ibidem*). Essa atuação ressalta o papel significativo do movimento de

mulheres em garantir que temas de seu interesse permanecessem na agenda da conferência e fossem devidamente tratados, como o problema da dívida.

No âmbito doméstico, a materialização da Conferência serviu para ampliar discussões e iniciativas em torno do papel da mulher na sociedade brasileira. Professores propuseram a seus alunos redações, seminários e atividades artísticas sobre essa temática, enquanto grupos de mulheres participaram de programas de rádio e veicularam na imprensa comunicados sobre o assunto (Schumacher, 1995a). Ademais, ao retornarem, as parlamentares observadoras apresentaram aos Presidentes da Câmara e do Senado um relatório, destacando a importância do Legislativo na implementação da Plataforma para Ação. O documento ressaltava a necessidade de aprovar leis para erradicar a discriminação contra as mulheres, revisar os códigos civil e penal para criminalizar o assédio sexual, e promover ações afirmativas para garantir a participação igualitária das mulheres no poder. (Cfemea, 1995f).

Nesse sentido, pode-se dizer que a participação massiva e estratégica dos movimentos de mulheres na IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim foi decisiva para o impacto e para os resultados do evento. Apesar das dificuldades, as ativistas conseguiram destacar questões cruciais ao movimento e influenciar o documento final da conferência. Seus esforços foram evidentes tanto no Fórum Paralelo quanto na Conferência Oficial, onde ações como protestos e debates garantiram a inclusão de temas essenciais na agenda global. A maior integração das mulheres brasileiras com a América Latina fortaleceu a articulação e a visibilidade política do movimento. Ponto relevante para o saldo final de todo o processo de participação da IV Conferência foi o reconhecimento, por parte do próprio movimento de mulheres, de seu papel como ator e promotor de mudanças. Como registrou Corrêa:

Estes resultados teriam sido radicalmente diversos não fosse presença, firmeza, clareza e profissionalismo das feministas atuantes nas delegações e nos vários circuitos de lobby instalados nas salas e corredores do Beijing International Convention Center. (...) Portanto não parece ser um exagero afirmar que nós, as feministas, resgatamos a IV Conferência da crônica da morte anunciada em que ela esteve mergulhada durante os primeiros meses de 1995 (1995, p.8).

6. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

O objetivo deste capítulo é avaliar a plausibilidade das conexões causais identificadas ao longo do rastreamento de evidências executado nos capítulos anteriores. A testagem das hipóteses do trabalho é necessária para compreender como se consolidou a influência do movimento feminista na formulação da política externa brasileira, verificando se suas ações foram, de fato, determinantes para a inclusão de questões de igualdade de gênero na agenda oficial. Esse processo é relevante por duas razões: primeiro, permite validar ou refutar a teoria de que o movimento feminista desempenhou um papel significativo na mudança de postura do Brasil; segundo, oferece uma visão mais aprofundada e matizada das dinâmicas internas e externas que moldaram a política brasileira. Este exercício, portanto, contribui para a construção de uma narrativa causal sólida e coerente, capaz de explicar os resultados observados na Conferência.

Com base nas evidências e no contexto apresentados nas seções anteriores, podem ser formuladas e testadas três hipóteses. A primeira, que fundamenta a proposta deste trabalho, é a de que o movimento de mulheres brasileiras desempenhou um papel significativo na formulação da política externa do Brasil, não apenas ao participar da preparação do país para a conferência, mas também ao atuar, de forma independente ou autônoma, durante o evento. A segunda hipótese, rival da primeira, sugere que a abertura política no Itamaraty representou uma estratégia de cooptação de discursos, utilizando os movimentos sociais como instrumentos de manobra no cenário internacional. Para que essa hipótese seja válida, as reivindicações do movimento de mulheres não podem ter chances reais de serem consideradas e incorporadas no discurso oficial e no âmbito doméstico do país. A terceira e última hipótese, também rival, propõe que instituições intergovernamentais, como as Nações Unidas, em conjunto com potências ocidentais, foram as principais responsáveis por pressionar países como o Brasil a adotar uma agenda em prol da igualdade de gênero. Essa hipótese reduziria o protagonismo do movimento feminista na formulação da política externa brasileira, atribuindo a mudança de postura do Brasil a condicionantes externos.

Para fazer a análise de cada uma dessas hipóteses, comprová-las e refutá-las, as evidências serão submetidas aos testes propostos por Collier (2011). Vamos sustentar a argumentação com base no arcabouço teórico de análise de política externa e dos feminismos liberais e interseccionais, apresentados na seção metodológica e nos demais capítulos deste trabalho. Primeiro, será investigada a hipótese de que a atuação do Brasil se deve,

predominantemente, a pressões externas, o que implicaria uma menor relevância do movimento de mulheres brasileiro na definição da agenda de política externa.

É bem verdade que as Nações Unidas assumiram papel predominante na difusão da agenda global de gênero, como demonstrado pela literatura em Alves (2001), Farenthold (1988) e Pietilä (2007). A importância da ONU reside em sua capacidade de atuar como uma plataforma central para o diálogo global, na qual as interações entre os diversos atores do sistema ocorrem com menores custos de transação e maior transparência (Keohane, 2005). Pela lógica da ação coletiva, a instituição conseguiria constranger os países a adotar determinadas posturas e aderir a determinados discursos, com base em cálculos racionais que maximizam os benefícios coletivos e minimizam os custos individuais (Olson, 1971). As Conferências das Nações Unidas sobre a Mulher, junto a outras iniciativas da instituição, como a Década das Mulheres, exemplificam tais estratégias de disseminação de normas e valores em nível global. Logo, é realmente viável a afirmativa de que a instituição influenciou significativamente a promoção da agenda de gênero, fomentando, inclusive, a participação de movimentos sociais no âmbito institucional.

Algumas das iniciativas da organização, todavia, foram fruto de pressões e ações por “advocacy” do próprio movimento transnacionalizado de mulheres, como foi o caso da transformação de 1975 em Ano Internacional da Mulher (Pietilä, 2007). Além disso, o interesse e a participação da sociedade civil no âmbito internacional impulsionaram o escopo dos encontros realizados pelas Nações Unidas, com relação às questões de gênero (*Ibidem*). A análise da literatura mostra que havia um interesse mútuo na atuação do movimento de mulheres no cenário internacional. Uma avaliação feita a partir da teoria de True e Mintrom (2001) pode indicar que as Nações Unidas buscavam legitimar seu discurso através da participação desses movimentos, enquanto as mulheres viam, na construção dos valores projetados pela organização, uma oportunidade de influenciar as agendas políticas nacionais, pressionando seus governos a assumirem compromissos internacionais. Assim, apesar das críticas sobre a falta de interesse em reformar o sistema, a participação plural das mulheres na ONU inseriu a pauta de gênero no debate público global e deu voz, inclusive, a perspectivas não ocidentais (Gimenes, 2024).

Além disso, exercício interessante para se pensar a hipótese de que o Brasil estaria agindo predominantemente com base em condicionantes externos é a observação do tratamento oficial do país a respeito de outros temas internacionais à época. O caso da ALCA, por exemplo, demonstra que o Brasil apresentava uma tendência a resistir a pressões externas, quando elas fossem de encontro aos seus interesses (Spektor, 2014). Diante disso, não haveria

obstáculos para que o Brasil mantivesse uma postura internacional mais passiva frente a questões de gênero, como ocorreu nas conferências anteriores a Pequim (Sardenberg, 2018). Não é pertinente, portanto, reduzir a formulação da agenda de política externa exclusivamente a fatores externos (Hermann, 2001), pois isso não só retira do país e de seus atores o potencial de ação, como não se sustenta na análise de outras situações históricas.

Nesse sentido, a análise apresentada sobre a hipótese de que a atuação do Brasil em Pequim se deve predominantemente a pressões externas se enquadra no teste de "Palha ao Vento", explicitado por Collier (2011). Esse teste mostra que, embora as pressões externas, como as da ONU, sejam um fator relevante, elas não são suficientes nem necessárias para confirmar ou refutar a hipótese. As evidências sugerem que o Brasil possuía condições de resistir a condicionantes externos e revelam o interesse do movimento de mulheres em participar das discussões promovidas pela organização, sugerindo que a hipótese central do trabalho não pode ser refutada apenas com base nas pressões externas.

A segunda hipótese a ser analisada é a de que o diálogo com a sociedade servia principalmente como uma estratégia de legitimação política, preservando a PEB como uma política de Estado apartada, sem uma real integração das forças sociais no processo decisório. Esse argumento, todavia, subestima a ação dos movimentos sociais, ignorando sua capacidade de influenciar a formulação de políticas (Hermann, 2001). A documentação examinada ao longo dos capítulos 4 e 5 revela que o movimento de mulheres reconhecia não apenas os avanços pluralistas do processo de formulação da PEB, mas também algumas decisões legislativas como resultados de sua influência na conjuntura político-administrativa brasileira (Cfemea, 1995c). A leitura dessas conquistas demonstra que as ativistas não se viam como um simples instrumento do governo, mas como um grupo de interesse capaz de moldar e influenciar a agenda das instituições do país. Embora não sejam conclusivas, essas são evidências interessantes para indicar que a influência do movimento ia além da mera instrumentalização governamental.

Outro ponto importante para a análise desta segunda perspectiva são as estratégias de articulação desenvolvidas pelo próprio movimento feminista (Beyers; Braun, 2014). Como detalhado no capítulo 5, as ativistas brasileiras se articularam com redes de mulheres de toda a América Latina, tanto para promover as demandas dos países em desenvolvimento, quanto para adotar uma postura crítica em relação a certos discursos das Nações Unidas sobre igualdade de gênero (Cfemea, 1995e; Corrêa, 1995; Schumacher, 1995a). Embora a conjuntura doméstico-internacional do período não fosse determinante, ela favorecia a democratização, criando oportunidades para que grupos, como o movimento feminista brasileiro, articulassem

suas demandas de maneira mais eficaz (Lopes, D. 2017). Cientes desse contexto, as brasileiras se engajaram ativamente tanto no processo oficial de preparação quanto na própria Conferência de Pequim.

A inclusão de mulheres da sociedade civil tanto em órgãos consultivos, como o CNDM (Brasil, 1993), quanto nas delegações oficiais brasileiras para a Conferência (Oliveira, 1996), também confirma que o movimento feminista foi amplamente consultado durante a formulação da agenda de política externa brasileira. O processo de consulta ao movimento demonstrou não apenas a maior abertura institucional do Itamaraty (Braga, 2020; Lopes, D. 2017; Silva, 2013), mas também a complexificação e o interesse do movimento de mulheres brasileiro, que passava a dialogar mais intensamente com o Estado (Haddad, 2007). Ao dialogar com o Estado e integrar formalmente a delegação oficial em Pequim, as mulheres brasileiras encontravam meios de elaborar propostas e dar encaminhamentos em conjunto com representantes oficiais (Oliveira, 1996), modelo pouco comum em outros países latino-americanos (Schumacher, 2011, *apud*, Sardenberg, 2018).

Nesse sentido, com base nas testagens de Collier (2011), as evidências apresentadas têm força considerável para refutar a hipótese de que o movimento feminista brasileiro foi utilizado como massa de manobra pelo Itamaraty. A articulação formal e o diálogo institucional, aliados à independência crítica do movimento em relação a temas internacionais, demonstram que sua participação foi, em grande medida, autônoma e influente. Embora não sejam absolutamente conclusivas, as evidências são suficientemente robustas para indicar que o movimento teve um papel relevante e não foi meramente instrumentalizado, especialmente à luz do “Hoop Test” e da testagem “Smoking Gun”.

Ademais, algumas das evidências levantadas no mapeamento realizado pelo trabalho comprovam a influência das mulheres brasileiras na modulação do comportamento oficial do país, ao passar pelo teste “duplamente decisivo” de Collier (2011). Essa testagem, de aplicabilidade mais rara, exige um nível de evidência claro e conclusivo para ser validado, o que indica sua alta força comprobatória. Nesse sentido, o fato de a delegação oficial do Brasil ter sido majoritariamente composta por mulheres robustece o esforço de cooperação entre o Itamaraty e o movimento feminista. À luz da teoria de Nijeholt, Vargas e Wieringa (1998), a escolha de Ruth Cardoso, de Rosiska Darcy e da embaixadora Thereza Quintella, que possuíam um histórico de interlocução com o movimento, para chefiar a delegação oficial, sugere que houve maior abertura ao diálogo e, conseqüentemente, mais espaço para que as demandas das mulheres fossem ouvidas e incorporadas ao discurso oficial.

Como demonstram os registros históricos dos capítulos 4 e 5, existiu um diálogo contínuo entre os representantes governamentais e os movimentos sociais, não apenas de forma prévia, mas também no âmbito da própria conferência. A delegação brasileira promoveu reuniões consultivas diárias com representantes da sociedade civil durante a conferência, para garantir o alinhamento entre as decisões do Brasil e as reivindicações das mulheres brasileiras (Oliveira, 1996). Além disso, a visita de Ruth Cardoso e de representantes do governo à Tenda da América Latina e Caribe reforça a ideia de deferência e de diálogo com os movimentos feministas, contrariando a tese de que o Brasil atuou de forma isolada (Schumacher, 1995a). Esses gestos demonstram que a delegação oficial rompeu com os limites formais da conferência para se aproximar diretamente do movimento em Huairou, buscando ativamente um alinhamento com as demandas da sociedade civil.

Ademais, a atuação do Brasil na introdução da perspectiva interseccional de gênero, salientando raça e etnia como barreiras ao gozo de direitos humanos pelas mulheres, também é uma forte evidência da influência do movimento feminista. Essa demanda foi trazida pelo movimento de mulheres brasileiras, e o Brasil conseguiu negociar sua inclusão na Plataforma de Ação de Pequim, mesmo enfrentando resistências de alguns países (Haddad, 2007; Machado, 1995). A documentação histórica comprova que a adoção dessas pautas no cenário internacional, somada à estratégia da delegação brasileira de se distanciar do Grupo dos 77, estavam atreladas às demandas feministas (Brasil, 1995d), o que demonstra a influência relevante do movimento no comportamento diplomático do Brasil.

Assim, as evidências apresentadas alinham-se ao teste "duplamente decisivo", pois confirmam que o movimento feminista foi um ator-chave na modulação da postura brasileira, ao mesmo tempo que excluem a hipótese de que o governo tenha agido de forma isolada, sem a influência de atores sociais. A combinação entre os múltiplos testes corrobora a hipótese central deste trabalho e fornece uma compreensão robusta da influência do movimento feminista brasileiro na política externa do Brasil para a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em 1995. Por meio da cooperação formal com o governo e de sua capacidade de se organizar regional e internacionalmente, o movimento garantiu que suas demandas fossem incorporadas ao discurso oficial, evidenciando sua relevância não apenas como agente interno, mas também como parte de uma rede transnacional que moldou o debate global sobre direitos das mulheres. Dessa forma, as conexões causais mapeadas ao longo do processo de rastreamento são plausíveis, reforçando a hipótese central do trabalho e sublinhando a importância do movimento feminista na transformação da política externa brasileira.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi investigar como se formulou a agenda de política externa brasileira para a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, em 1995, e qual foi a contribuição do movimento de mulheres brasileiro nesse processo. Por meio do método de “process tracing”, a pesquisa objetivou mapear as principais variáveis e evidências que ajudariam a explicar o percurso das ativistas brasileiras nesse processo de influência, explorando se e como suas ações ajudaram a moldar a atuação do país na conferência. Ao longo da investigação, foram analisadas variáveis domésticas e internacionais, para situar o contexto em que se inseriam tanto o Brasil quanto o movimento de mulheres. Além disso, foram utilizados predominantemente registros históricos feitos pelo movimento feminista brasileiro e pelo Itamaraty, para avaliar a interlocução entre a sociedade civil e o Ministério. Por fim, para fundamentar a argumentação do trabalho, utilizou-se o arcabouço conceitual da área de análise de política externa, acrescida da teoria presente nos feminismos liberal e interseccional.

A principal conclusão deste trabalho é a de que o movimento de mulheres brasileiro desempenhou um papel significativo e autônomo na formulação da política externa do Brasil para a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, em 1995. As evidências sugerem que, ao contrário de apenas uma ferramenta de legitimação política, as ativistas conseguiram influenciar a agenda oficial, colaborando ativamente com o governo e ajudando a moldar a postura brasileira em questões de gênero. Assim, a pesquisa demonstrou que, através de um diálogo institucionalizado e da articulação com redes transnacionais, as mulheres brasileiras garantiram a inclusão de suas demandas no discurso diplomático do país, contribuindo, de forma decisiva, para o sucesso da delegação brasileira em Pequim.

Convém ressaltar, ainda, que o trabalho se concentrou na análise da participação do movimento de mulheres brasileiro, tanto no período de preparação quanto durante a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim, em 1995. O foco esteve na atuação das ativistas na formulação da política externa brasileira e nas estratégias que permitiram a inclusão de pautas de gênero na agenda oficial. Portanto, não fazia parte do objetivo deste estudo avaliar se as conquistas alcançadas em Pequim foram de fato implementadas no Brasil. Essa questão, embora relevante, pode ser objeto de estudos futuros que explorem os desdobramentos e a aplicação concreta das decisões da conferência no contexto brasileiro.

Por se restringir à compreensão do processo de influência do movimento feminista na construção da agenda diplomática do país para a conferência, a pesquisa também não se

aprofundou nas dinâmicas internas do movimento, como possíveis divergências, limitações organizacionais ou falhas em seu poder de influência no contexto doméstico. Alguns estudos críticos ao contexto de Pequim, como o de Federici (2019), abordam, com alguma ênfase, esses embates e poderiam ser, posteriormente, submetidos ao método de process tracing, para uma compreensão mais abrangente das questões aqui propostas.

Além disso, as conclusões deste trabalho estão ancoradas no contexto específico do Brasil e sua atuação na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, o que impede a generalização dos resultados para outros países ou conferências similares, uma vez que movimentos feministas em diferentes contextos podem ter enfrentado dinâmicas distintas. Tais limitações, no entanto, podem abrir caminho para novas pesquisas, que complementem os aspectos não explorados no trabalho.

Ressalte-se, ainda, a dificuldade de acesso a fontes primárias do Ministério das Relações Exteriores, úteis para uma análise mais detalhada dos processos internos de formulação da política externa. A maioria dos documentos relacionados à IV Conferência ainda permanece em circulação restrita, o que exige prazos mais longos para acesso e dificulta a obtenção de informações detalhadas sobre as negociações e deliberações governamentais. Além disso, o acesso limitado a algumas teses produzidas pelo Curso de Altos Estudos (CAE) também representou um obstáculo, uma vez que essas pesquisas poderiam fornecer uma visão mais aprofundada sobre a postura e o envolvimento do Itamaraty em questões relacionadas à IV Conferência Mundial sobre as Mulheres. Problemas assim se apresentam como entraves à pesquisa na área e contribuem para a marginalização dos estudos em gênero e política externa, devendo, portanto, ser combatidos.

Ainda assim, ao examinar o papel do movimento de mulheres brasileiro na formulação da posição oficial do Brasil para a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, o trabalho acredita ter contribuído com o preenchimento de uma lacuna na literatura sobre o papel dos movimentos sociais na política internacional, em uma conjuntura em que a atuação dos movimentos feministas em arenas globais ainda é pouco explorada (Chiuza; Rodriguez, 2021). Nesse sentido, a pesquisa se preocupou em romper com a dicotomia analítica que separa o que ocorre dentro dos Estados do que acontece fora deles, evidenciando a porosidade de suas fronteiras e, por conseguinte, a interconexão entre processos internos e externos na formulação de agendas.

Ademais, a histórica exclusão das mulheres do processo de tomada de decisão justifica a luta pelos direitos de ocupação dos espaços de poder político, ainda que a existência de tais direitos não garanta uma eficaz equidade participativa entre homens e mulheres em tais

esferas institucionais (Rezende, 2020). Mesmo no ambiente da política externa, o processo de tomada de decisão pode ser entendido como “gender blind” (Hudson; Day, 2020), marcado por relações desiguais e hierárquicas de gênero (Tickner, 1997). É nesse contexto que se faz necessário pensar tanto a arena institucional do Ministério das Relações Exteriores como sua projeção internacional, a partir da perspectiva de gênero, uma vez que o questionamento da masculinização dos processos decisórios e o consequente aumento da participação feminina nesses meios tendem a produzir agendas mais inclusivas, responsivas e interseccionais (Aggestam; True, 2020).

Por fim, a análise conjunta das dimensões interna e externa da política externa é essencial para monitorar as políticas desenvolvidas pelo Estado, assegurando que as aspirações das mulheres por igualdade não sejam instrumentalizadas, e seus discursos esvaziados (Balbino; Faria, 2022). O Brasil, que, por meio do esforço e da ação pioneira de Bertha Lutz, garantiu a inclusão das mulheres na Carta da ONU (Vasconcellos; Oliveira, 2022), posteriormente apresentou retrocessos significativos em sua política externa, no que tange aos ideais de igualdade de gênero, durante a ditadura militar. Da mesma forma, após os avanços conquistados pela mobilização feminina na Conferência de Pequim, o país experimentou outros retrocessos nos direitos das mulheres, sob o governo de Jair Bolsonaro (Drumond; Rebelo, 2023).

Analisar a formulação das posições do Brasil sobre igualdade de gênero no cenário internacional não apenas expõe suas contradições ao longo da história, mas também evidencia o êxito das estratégias adotadas pela sociedade civil. Compreender como essas práticas foram eficazmente implementadas garante o reconhecimento e a preservação desses esforços, evitando seu apagamento. Nesse sentido, esforços como o deste trabalho podem abrir discussões sobre a necessidade de reformas institucionais, para assegurar maior concretude de participação e igualdade de gênero às ações do Estado, garantindo pluralidade à política externa, especialmente se o Brasil quiser, um dia, oferecer uma contribuição original ao debate internacional sobre gênero, "dando voz à perspectiva de países em desenvolvimento" (Balbino; Faria, 2022, pág. 10).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Márcia. Resultado da Reunião Regional. In: **Cfemea**. Fêmea. Brasília, n. 5, fev. de 1995. Disponível em: <<https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/radar-feminista-lista/livros-guias-e-estudos2/4606-p-equip-95-numero-03-maio-de-1994>> Acesso em: 19/08/2024
- AGGESTAM, Karin; TRUE, Jacqui. Gendering Foreign Policy: A Comparative Framework for Analysis. **Foreign Policy Analysis**, v. 16, n. 2, p. 143-162, 2020.
- ALDEN, Chris; ARAN, Amnon. **Foreign policy analysis: new approaches**. Routledge, 2016.
- ALVAREZ, Sonia E. Latin American feminisms “go global”: trends of the 1990s and challenges for the new millennium. In: **Cultures of politics/politics of cultures**. Routledge, 2018. p. 293-324.
- ALVES, José Augusto Lindgren. **A Década das Conferências: 1990-1999**. Brasília: FUNAG, 2001. 430 p.
- AMB. Declaração das Mulheres Brasileiras para Beijing. In: **Mulheres**. Secretaria Nacional de Mulheres do PT, n. 8, junho de 1995. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/PTDN_APS_SNM_0013_NT.pdf> Acesso em: 20/08/2024
- BALBINO, Viviane Rios; FARIA, Vanessa Dolce de. Uma política externa feminista para o Brasil: desafios e possibilidades. Friedrich Ebert Stiftung, São Paulo, novembro de 2022. (Ordem global e regional).
- BALTHAR, Victoria. Nada Sobre Nós sem Nós: as diplomatas brasileiras na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres. In: CARNEIRO, Carla Barroso; BRASIL, Paula Rassi (org.). **Pensamento e Prática Internacionais: perspectivas**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2023. Cap. 3. p. 93-120. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1250>. Acesso em: 28 jul. 2024.
- BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. **Process-tracing methods: Foundations and guidelines**. University of Michigan Press, 2012.
- BENNETT, Andrew; GEORGE, Alexander L. **Process tracing in case study research**. Washington, DC: MacArthur Program on Case Studies, 1997.
- BENNETT, Andrew. Process Tracing: a Bayesian perspective. **The Oxford Handbook Of Political Methodology**, [S.L.], p. 702-721, 2 set. 2009. Oxford University Press. <http://dx.doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199286546.003.0030>.
- BEYERS, Jan; BRAUN, Caelesta. Ties that count: explaining interest group access to policymakers. **Journal of Public Policy**, v. 34, n. 1, p. 93-121, 2014.

BISSIO, Beatriz; COSTA, Patrícia. Rumo a Beijing. **Cadernos de Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro, n. 184, p. 9-11. abr. 1995. Disponível em: <<http://ctm.im.ufrj.br/visual/pubs/129740159587771147667221382423290455789/#page/33/mode/2up>> Acesso em: 21 ago. 2024.

BIROLI, Flávia. Feminism and Democracy in Brazil. **The Brazilian Left In The 21St Century**, [S.L.], p. 139-158, 2019. Springer International Publishing. http://dx.doi.org/10.1007/978-3-030-03288-3_7.

BRAGA, Pablo Saturnino. Democratização, política externa e direitos humanos: uma releitura do caso brasileiro. **Carta Internacional**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 185-207, 3 abr. 2020. Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI. <http://dx.doi.org/10.21530/ci.v15n1.2020.983>.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Ruth Cardoso: Fragmentos De Uma Vida**. 1. ed. São Paulo: Editora Globo, 2010.

BRASIL. **Ofício nº 100/92, de 27 de agosto de 1992**. Regulamento do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 28 de agosto de 1992. Seção 1, pt. 2. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=11&data=28/08/1992&captchafield=firstAccess> Acesso em: 15/07/2024.

BRASIL. **Decreto de 8 de dezembro de 1993**. Cria o Comitê Nacional para a Participação do Brasil na IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, e dá outras providências. Brasília; Presidência da República, [1993]. Disponível em: Base Legislação da Presidência da República - Decreto de 08 de dezembro de 1993 (presidencia.gov.br) Acesso em: 20/08/2024

BRASIL. Ester Monteiro. Agência Senado. **Lobby do Batom: marco histórico no combate à discriminações**. marco histórico no combate à discriminações. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>. Acesso em: 06 mar. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório Geral sobre a Mulher na Sociedade Brasileira – IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz – Pequim 1995**. Apresentação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, Brasília, dezembro de 1994.

BRASIL (1995a). Ministério das Relações Exteriores. Telegrama n. 537 da Embaixada do Brasil em Pequim, ostensivo, de 11/05/1995.

BRASIL (1995b). Ministério das Relações Exteriores. Telegrama n. 565 da Embaixada do Brasil em Pequim, ostensivo, de 17/05/1995.

BRASIL (1995c). Ministério das Relações Exteriores. Telegrama n. 936 da Embaixada do Brasil em Pequim, ostensivo, de 22/08/1995.

BRASIL (1995d). Ministério das Relações Exteriores. Telegrama n. 1045 da Embaixada do Brasil em Pequim, ostensivo, de 18/09/1995.

BRASIL (1995e). Ministério das Relações Exteriores. Telegrama n. 1047 da Embaixada do Brasil em Pequim, ostensivo, de 18/09/1995.

CFEMEA. Itamaraty Prepara Documento. In: **Cfemea**. Fêmea. Brasília, n. 1, maio, 1994a. Disponível em:

<<https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/radar-feminista-lista/livros-guias-e-estudos2/4299-pequim-95-numero-01-maio-de-1994>> Acesso em: 25/07/24

CFEMEA. Proposta Paraibana. In: **Cfemea**. Fêmea. Brasília, n. 2, maio, 1994b. Disponível em: <www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/pequim_95_02.pdf> Acesso em: 25/07/2024

CFEMEA. Relatório Oficial não Agrada. In: **Cfemea**. Fêmea. Brasília, Ano III, n. 18, agosto de 1994c. Disponível em:

<<https://www.cfemea.org.br/images/stories/colecaofemea/jornalfemea018.pdf>> Acesso em: 29/07/24

CFEMEA. Editorial. In: **Cfemea**. Fêmea. Brasília, n.1, maio, 1994d. Disponível em:

<<https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/radar-feminista-lista/livros-guias-e-estudos2/4299-pequim-95-numero-01-maio-de-1994>> Acesso em: 15/08/2024

CFEMEA. Grande Encontro em 95. In: **Cfemea**. Fêmea. Brasília, n. 3, maio de 1994e.

Disponível em:

<<https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/radar-feminista-lista/livros-guias-e-estudos2/4606-pequim-95-numero-03-maio-de-1994>> Acesso em: 19/08/2024

CFEMEA. Criado Comitê Latino-Americano de ONGs. In: **Cfemea**. Fêmea. Brasília, n. 4, julho de 1994f. Disponível em:

<<https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/radar-feminista-lista/livros-guias-e-estudos2/4607-pequim-95-numero-04-julho-de-1994>> Acesso em: 22/08/2024

CFEMEA. Estratégias e Perspectivas Futuras. In: **Cfemea**. Fêmea. Brasília, n.5, fevereiro de 1995a. Disponível em:

<<https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/radar-feminista-lista/livros-guias-e-estudos2/4608-pequim-95-numero-05-fevereiro-de-1995>> Acesso em: 19/08/2024

CFEMEA. O que é a IV Conferência? In: **Cfemea**. Fêmea. Brasília, n. 5, fevereiro de 1995b.

Disponível em:

<<https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/radar-feminista-lista/livros-guias-e-estudos2/4608-pequim-95-numero-05-fevereiro-de-1995>> Acesso em: 19/08/2024

CFEMEA. O Rio foi pequeno para tantas mulheres. In: **Cfemea**. Fêmea. Brasília, n. 29, junho de 1995c. Disponível em:

<<https://www.cfemea.org.br/images/stories/colecaofemea/jornalfemea029.pdf>> Acesso em: 20/08/2024

CFEMEA. Beijing: mais do que palavras. In: **Cfemea**. Fêmea. Brasília, n. 32, setembro de 1995d. Disponível em:

<<https://www.cfemea.org.br/images/stories/colecaofemea/jornalfemea032.pdf>> Acesso em: 25/08/2024

CFEMEA. Latinas lideram manifestação. In: **Cfemea**. Fêmea. Brasília, n32, setembro de 1995e. Disponível em:

<<https://www.cfemea.org.br/images/stories/colecaofemea/jornalfemea032.pdf>> Acesso em: 25/08/2024

CFEMEA. Ação no Congresso. In: **Cfemea**. Fêmea. Brasília, n32, setembro de 1995f.

Disponível em: <<https://www.cfemea.org.br/images/stories/colecaofemea/jornalfemea032.pdf>> Acesso em: 25/08/2024

CHIUZA, Sabrina da Costa; RODRIGUEZ, Júlio César Cossio. Política Externa Feminista: uma revisão bibliométrica para a compreensão de suas condicionantes e sua relação com a interseccionalidade (2014-2020). **II Seminário Discente de Ciência Política da UFPR (Sdcp)**, Paraná, v. 1, n. 2, p. 13-41, dez. 2021. Disponível em:

<https://eventos.ufpr.br/SDCP/SDCP2021/paper/viewFile/4465/1082>. Acesso em: 12. out. 2024.

COLLIER, David. Understanding process tracing. **PS: political science & politics**, v. 44, n. 4, p. 823-830, 2011.

CORRÊA, Sônia. Beijing Histórias e Geografias – Um Primeiro Balanço. In: CFEMEA. **Fêmea**, ano III, nº. 32, Brasília, setembro de 1995.

DA SILVA, André Luiz Reis. O Brasil diante da globalização: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). **Carta Internacional**, v. 7, n. 1, p. 20-34, 2012.

DOS SANTOS, Maria do Espírito Santo Tavares. Uma boa parceria. [Entrevista concedida a] Beatriz Bissio. **Cadernos de Terceiro Mundo**, Rio de Janeiro, n. 185, p.4-5, maio de 1995.

DRUMOND, Paula; REBELO, Tamyá. Norm spoiling, gender washing and the pushback against women's rights in Brazilian foreign policy. **Globalizations**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 20-38, 20 abr. 2023. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2023.2202106>.

FARENTHOLD, F. T. "SISSY. **“Women’s Search for peace”**". In: FEDERATION OF PROFESSIONAL WOMEN. Houston, 2 jun. 1988. Disponível em:

<<https://law.utexas.edu/farenthold/document/speech-womens-search-for-peace/>>. Acesso em: 7 jul. 2024

FARENTHOLD, Frances T. "Sissy"; VAUGHAN, Genevieve. **Peace Tent Statement**. In: III WORLD CONFERENCE ON WOMEN. The University School of Texas at Austin, 1985.

Disponível em: <<https://law.utexas.edu/farenthold/document/peace-tent-statement/>>. Acesso em: 23 jul. 2024

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, p. 80-97, 2008.

FEDERICI, Silvia. Rumo a Pequim: como a onu colonizou o movimento feminista (2000). In: FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 238-252.

GEORGE, Alexander L.; BENNETT, Andrew. **Case studies and theory development in the social sciences**. MIT Press, 2005.

GIMENES, Cíntia Martins. Década das Mulheres na ONU e as perspectivas feministas do Sul Global. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 1–21, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ricri/article/view/65676>. Acesso em: 18 jul. 2024.

GLENNAN, Stuart S. Mechanisms and the nature of causation. **Erkenntnis**, v. 44, n. 1, p. 49-71, 1996.

HADDAD, Tathiana Machado Araujo. **Diplomacia Pública: A política externa brasileira e as ONGs na Conferência de Beijing (1995)**. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=10180@1>. Acesso em: 23 mar. 2024.

HERMANN, Margaret G. How decision units shape foreign policy: A theoretical framework. **International Studies Review**, v. 3, n. 2, p. 47-81, 2001.

HUDSON, Valerie M.; DAY, Benjamin S. **Foreign policy analysis: classic and contemporary theory**. Rowman & Littlefield, 2020.

IRACI, Nilza. A Conferência de Beijing e o Mito da Democracia Racial. In: CFEMEA. **Fêmea**. Brasília, Ano III, n. 32, p. 9, setembro, 1995.

KEOHANE, Robert O. **After hegemony: Cooperation and discord in the world political economy**. Princeton university press, 2005.

LAMPREIA, Luiz Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Revista brasileira de política internacional**, v. 41, p. 5-17, 1998.

LOPES, Ana Luci Paes. Construção da Posição do Governo Brasileiro referente à Plataforma de Ação de Pequim: primórdios e atualidade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, VI. **Anais**. Belo Horizonte, 2017. p. 1-13. Disponível em: https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498439710_ARQUIVO_ArtigoABRIAnaLuciLopesfinal.pdf Acesso em: 25 de jul. 2024

LOPES, Dawisson Belém. A política externa brasileira e a "circunstância democrática": do silêncio respeitoso à politização ruidosa. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54, p. 67-86, 2011.

LOPES, Dawisson Belém. **Política externa na Nova República: os primeiros 30 anos**. SciELO-Editora UFMG, 2017.

MACHADO, Lia Zanotta. Confrontos políticos e desafios intelectuais. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 414-426, 1995.

MAITINO, Martin Egon. "Process tracing" na prática: quando e como usar. In: MELO, Filipe Reis; NOGUEIRA, Silvia Garcia; FERREIRA, Túlio S. H. (org.). **Mídia, opinião pública e política internacional**. Belo Horizonte: Fafich/Selo Ppgcom/Ufmg, 2022. p. 57-82.

MARX, Vanessa; SCAPINI, Gabriela Luiz; WINCKLER, Joana de Oliveira. Os Movimentos de Mulheres no Brasil e a relação com a Política Externa Brasileira (2003-2015). **Conjuntura global. Curitiba, PR. Vol. 9, n. 2 (2020), p. 41-57, 2020.**

NIJEHOLT, Geertj; VARGAS, Virginia; WIERINGA, Saskia. **Women's Movements and Public Policy in Europe, Latin America, and the Caribbean**. New York: Garland Publishing, 1998.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. O Século XXI começou em Pequim. In: CNDM. **IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Beijing, China – 1995**, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

OLSON, Mancur Jr.. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups, with a new preface and appendix**. Harvard University Press, 1971.

ONU. Declaração e Plataforma de Ação de Pequim 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher – Pequim (1995): “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2015/03/declaraca>> Acesso em: 25 de jul. de 2024.

PIETILÄ, Hilikka et al. **The unfinished story of women and the United Nations**. United Nations, 2007.

PITANGUY, Jacqueline. A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: memória para o futuro. In: ARRUDA, Ângela; HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 81-96

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, p. 33-51, 2012.

REZENDE, Daniela Leandro. Mulher no poder e na tomada de decisões. **Beijing +20**, Brasília, v. 1, n. 7, p. 299-367, maio de 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10319><https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10319>. Acesso em: 12 out. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. Enfim, Sós: Brasil rumo a Pequim. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 1, p. 198-198, 1995.

SARDENBERG, Cecilia MB. Brazilian feminisms in global spaces: Beijing and Beijing+ 20. **IDS Bulletin**, v. 46, n. 4, p. 115-122, 2015.

SARDENBERG, Cecilia. Negociando gênero em desenvolvimento: os feminismos brasileiros em destaque. **Cadernos Pagu**, v. 52, 2018.

SATO, Eiiti. 40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três inflexões. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, p. 8-28, 1998.

SCHUMAHER, Maria Aparecida. América Latina mais integrada. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 427-432, 1995a.

SCHUMAHER, Maria Aparecida. Tenda da Diversidade. In: **Cfemea**. Fêmea, ano III, nº. 32, Brasília, setembro de 1995b. Disponível em: <<https://www.cfemea.org.br/images/stories/colecaofemea/jornalfemea032.pdf>> Acesso em: 25/08/2024

SILVA, Vivian Souza Alves da. Representação oficial e o movimento feminista brasileiro: Os fóruns internacionais sobre gênero da ONU e a atuação brasileira. **Anais do III SINAGI: gênero, sexualidades e movimentos sociais, Catalão**, v. 1, n. 1, p. 516-531, 2013.

SOARES, Vera. Movimento feminista: paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, p. 11-24, 1994.

SOARES, Vera. O contraditório e ambíguo caminho para Beijing. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 01, p. 180-190, 1995.

SPEKTOR, Matias. **18 dias**: quando Lula e FHC se uniram para conquistar o apoio de Bush. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

TICKNER, J. Ann. You just don't understand: troubled engagements between feminists and IR theorists. **International Studies Quarterly**, v. 41, n. 4, p. 611- 632, 1997.

TRUE, Jacqui; MINTROM, Michael. Transnational networks and policy diffusion: The case of gender mainstreaming. **International studies quarterly**, v. 45, n. 1, p. 27-57, 2001.

VASCONCELLOS, Patrícia Mara Cabral de; OLIVEIRA, Deborah Cristina Biet de. Bertha Lutz: articulação internacional do movimento feminista brasileiro e a participação na Conferência de São Francisco. In: OLIVEIRA, Marcus Vinícius Xavier de; ZUIN, Aparecida Luzia Alzira; MATARÉSIO, Larissa Zuim (org.). **ANAIS DA PRIMEIRA SEMANA DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**. São Carlos: Editora de Castro, 2022. p. 9-24. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcus-Vinicius-De-Oliveira/publication/364317005_A_nais_da_Primeira_Semana_de_Direitos_Humanos_da_Universidade_Federal_de_Rondonia/links/6346ee1a76e39959d6baa18b/Anais-da-Primeira-Semana-de-Direitos-Humanos-da-Unive rsidade-Federal-de-Rondonia.pdf#page=10. Acesso em: 12 out. 2023.

VIOTTI, M. In: Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. (Série Documentos). p. 146-148.

WEISS, Thomas G.; CARAYANNIS, Tatiana; JOLLY, Richard. The “Third” United Nations. **Global Governance**, v. 15, n. 1, p. 123-142, 2009.